

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2022



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	5
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	10
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	20
INVESTIMENTOS	20
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	23
BALANÇO SOCIAL	39
BALANÇOS PATRIMONIAIS	42
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	44
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	45
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	47
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	49
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
1. CONTEXTO OPERACIONAL	50
2. BASE DE PREPARAÇÃO	53
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	57
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	58
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	60
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	63
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	63
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	64
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	66
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	72
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	72
13. ATIVOS DE CONTRATO	75
14. INVESTIMENTOS	79
15. IMOBILIZADO	93
16. INTANGÍVEIS	97
17. ARRENDAMENTOS	101
18. FORNECEDORES	105
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	105
20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	106
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	109
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	109
23. PROVISÕES	117
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	123
25. RECEITAS	127
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	131
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	133
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	135
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	138
30. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	152
31. SEGUROS	153
32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	154
33. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI	154
34. EVENTOS SUBSEQUENTES	155
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	158
PARECERES E DECLARAÇÕES	164
ORÇAMENTO DE CAPITAL	169

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Também são apresentadas as Declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos avanços importantes em 2022, um ano que ficará lembrado pelo êxito na implementação da nossa estratégia.

Quando da revisão do planejamento estratégico da Cemig, controladora da Cemig GT, deixamos bastante transparentes os principais objetivos, que são de “focar e vencer”, priorizando os investimentos em Minas Gerais e buscar de forma contínua avanços na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Começando pelos resultados financeiros, encerramos 2022 com um expressivo lucro líquido de R\$2,1 bilhões e um Lajida de R\$3 bilhões, resultados sólidos, que demonstram a capacidade da Cemig GT de gerar caixa e resultados em seus negócios.

No que se refere a nossa gestão da dívida, divulgamos a nossa ação estratégica de redução em etapas da nossa exposição cambial, considerando os bonds que emitimos no mercado internacional em 2017/2018. Já havíamos recomprado US\$500 milhões dos bonds em 2021 e recomparamos mais US\$244 milhões em 2022, reduzindo a nossa exposição cambial para US\$756 milhões, ou seja, próximo a metade do valor original, com reflexos positivos em nosso perfil de endividamento e na percepção de risco do mercado e agências de rating em relação à Companhia.

Destaca-se ainda nossa baixa alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida/Lajida ajustado, de 0,99 vez ao final do ano, o que permite à Companhia viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e manter a sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas no negócio de transmissão, também apresentando Lajida superior à referência regulatória. Em 2023, continuaremos a investir em novas medidas de eficiência operacional, destacando-se aquelas de redução das obrigações pós-emprego, que têm impactos relevantes em nossos resultados e posição financeira.

Merecem destaque os resultados obtidos em nosso negócio de comercialização de energia. Somos a maior comercializadora de energia do Brasil no atendimento a clientes finais, com um histórico de resultados significativos, refletindo a nossa adequada análise dos cenários e gestão do nosso portfólio de contratos de energia. Em 2022, a Cemig gerou R\$900 milhões de Lajida na atividade de comercialização, com uma participação de R\$212 milhões da Cemig GT, um resultado para ser comemorado, destaque no ambiente de comercialização de energia do País.

Em nosso negócio de transmissão, fomos vencedores da disputa pelo lote 1 (localizado em Minas Gerais e Espírito Santo) do leilão promovido pela Aneel em dezembro de 2022, com uma receita anual de R\$17 milhões. Esse resultado é emblemático, pois representa o retorno com protagonismo da Cemig GT aos leilões de transmissão, dentro da nossa estratégia de investir em nossos negócios principais, dentro de Minas Gerais, com o controle dos ativos.

No que se refere ao nosso negócio de geração de energia, iniciaremos em 2023 o processo de renovação das concessões de geração de energia das usinas de Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação), Nova Ponte e Sá Carvalho, que representam aproximadamente metade do nosso parque gerador, além da continuidade dos investimentos em fontes renováveis.

Desinvestir em ativos não estratégicos ou onde não temos o controle das operações faz parte da nossa estratégia, com destaque para a conclusão da alienação da Renova em 2022. Em março de 2023, concluímos a alienação da totalidade da nossa participação societária na usina de Santo Antônio. Todos esses desinvestimentos permitem à Administração focar nos seus negócios principais, que agregam valor aos seus acionistas. A expectativa é que em 2023 consigamos evoluir na alienação de nossas participações minoritárias ou de controle compartilhado.

Consideramos que o nosso capital humano tem papel fundamental dentro da execução de nossa estratégia. Nesse contexto, o resultado da pesquisa de clima realizado pela Cemig em 2022, com participação relevante dos empregados da Cemig GT, apresentou um aumento expressivo de 11 pontos em relação à pesquisa anterior, atingindo 75% de favorabilidade, o que nos traz muita satisfação, pois mostra o crescente engajamento e comprometimento dos colaboradores com o sucesso e futuro da Companhia.

A sustentabilidade de nossas operações está em nosso DNA. Somos uma empresa com 100% de sua geração de energia de fontes renováveis, sendo a Cemig, nossa controladora, a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 23 anos. No início de 2023, a Cemig recebeu mais um reconhecimento que ratifica essa condição de empresa sustentável; a Cemig é a companhia brasileira com melhor classificação no Carbon Clean200™, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa, com uma honrosa 37ª posição na classificação geral.

Concluindo, podemos reafirmar que obtivemos êxito na implementação de nossa estratégia; investimentos planejados em Minas Gerais, desinvestimos em ativos não estratégicos, alcançamos resultados financeiros sólidos, com disciplina na gestão de custos, e reduzimos nossa exposição cambial. Tudo isso com maior engajamento dos nossos colaboradores e práticas corporativas sustentáveis.

Esses resultados nos trazem mais otimismo e entusiasmo para continuarmos na execução da nossa estratégia, em nosso objetivo de focar para vencer e busca contínua de tornar a Cemig GT mais eficiente, lucrativa e admirada pelos seus clientes, pronta para enfrentar os próximos desafios.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig GT no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e seu potencial eólico, mapeado pela Cemig por meio do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 68 usinas, sendo 60 hidrelétricas, 7 eólicas e 1 solar e 73 linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.517 MW (informações não auditadas pelos auditores independente).

Transmissão

A Cemig GT opera e mantém 39 subestações e 5.017 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso possui ativos, os quais opera e mantém como acessante, em outras 10 subestações, que são de responsabilidade de outros agentes de transmissão.

Em 2022, a Cemig GT teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 11 empresas, em 17 subestações e 439 km de linhas de transmissão.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig GT nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

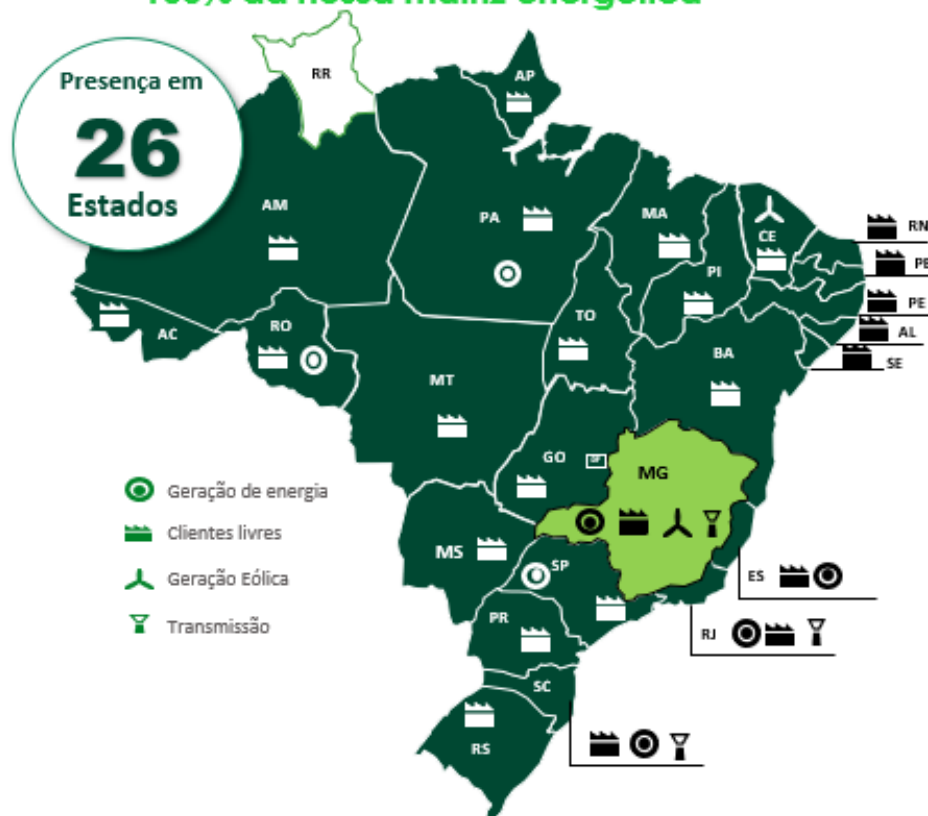
A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da “Código de Conduta Cemig”.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Companhia atua em várias regiões do País, com maior concentração na região sudeste.

Fontes Renováveis 100% da nossa matriz energética



AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Após 5 anos com um cenário hidrológico dentre os piores da história, a ENA (Energia Natural Afluente) média de 2022 ficou em 98% da média histórica, uma rápida recuperação frente ao pior valor histórico verificado em 2021 (71% da MLT – Média de Longo Termo). Com a melhora da hidrologia e as medidas para preservação do armazenamento o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) juntamente com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), coordenaram o desligamento das térmicas despachadas por fora da ordem de mérito ainda no período úmido (até abril). Ao final desse período o armazenamento do SIN chegou a 75% do nível máximo, cerca de 33% acima do valor observado no mesmo período de 2021. No segundo semestre de 2022 a hidrologia permaneceu com valores elevados, o que levou o sistema a fechar o ano com um armazenamento de 58%, em comparação a 38% em 2021.

Com uma boa hidrologia, armazenamento elevado e uma grande sobreoferta estrutural o PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste/Centro-Oeste em 2022 foi de R\$58,99/MWh, comparado a R\$279,61/MWh em 2021, representando uma redução de 78,9%. O PLD permaneceu no seu valor piso (R\$55,70/MWh) em 7 meses do ano, sendo que o maior valor foi verificado no mês de agosto, R\$76,90/MWh, devido a uma previsão pessimista de ENA, que não se realizou. A melhora hidrológica de 2022 levou o GSF (*Generation Scaling Factor*) a apresentar um valor médio maior quando comparado a 2021, sendo 0,86 em 2022 em comparação a 0,77 em 2021.

Transmissão de energia elétrica

A receita dos ativos de transmissão da Companhia é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas (“RAPs”) para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando há Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. Este último componente da receita, por sua vez, consiste em um componente financeiro referente a ajustes na RAP de ciclos anteriores. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período.

O resultado do Reajuste Anual da RAP do ciclo 2022-2023, ocorrido em 1º de julho de 2022, foi de 21% composto pelo efeito do reperfilamento do Componente Financeiro da RAP do Custo Anual dos Ativos da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente), da aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e reconhecimento dos novos reforços.

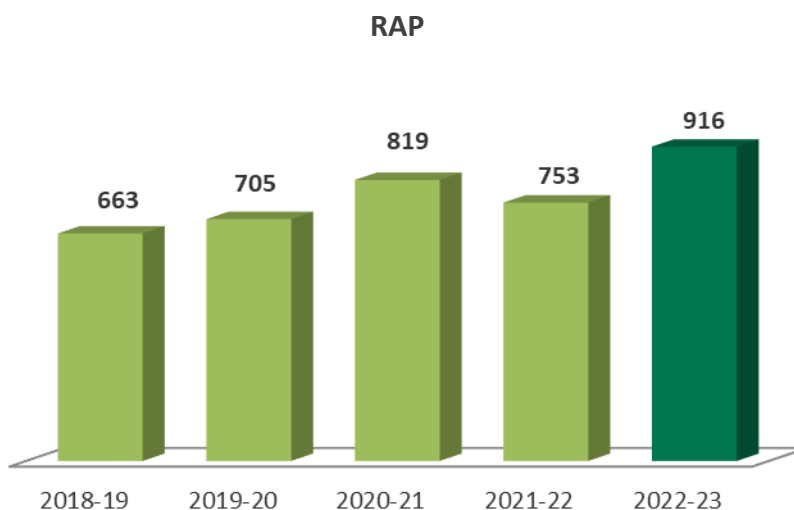
A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) e da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais – Centroeste (contrato 004/2005) foram reajustadas em 10,7% no ciclo 2022-2023 frente ao ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período.

RAP homologada

A Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo de 2022-2023 com vigência a partir de 1º de julho de 2022, representando um reajuste de 19,96%. O acréscimo está relacionado, principalmente, a: (i) reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes da RBSE, tendo sido 64% superior em comparação ao ciclo de 2021-2022, (ii) variações nos índices de reajuste no período (11,7% para o IPCA e 10,7% para o IGPM) e (iii) a entrada de novas obras.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2021-2022 R\$ milhões	RAP ciclo 2022-2023 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	682,8	825,6	21,0%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	40,7	45,0	10,7%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	28,5	31,5	10,7%
		752,0	902,1	19,96%

No total, a receita das transmissoras para o ciclo 2022-23 considerando o contrato da Cemig GT, Itajubá e Centroeste ficou em R\$916 milhões, representando um reposicionamento de 21,65% em comparação ao ciclo anterior.



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhões de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, em 2022, um lucro líquido de R\$2.085 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$871 milhões em 2021, decorrente, principalmente, da variação no resultado financeiro da Companhia.

Em 2022, destaca-se o reconhecimento das receitas com variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e perdas no instrumento de hedge correspondente, que atingiu o resultado negativo de R\$66 milhões (líquido de tributos) em 2022, em comparação ao resultado negativo no montante de R\$589 milhões (líquido de tributos) em 2021.

Em 2021, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, no montante de R\$1.032 milhões (mais detalhes na nota explicativa nº 16) e o reconhecimento de ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491 milhões, como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer* (mais detalhes na nota explicativa nº 20). Além disso, como resultado das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a Santo Antônio Energia é parte, a Companhia reconheceu, no exercício de 2021, uma perda com investimentos no montante total de R\$528 milhões (mais detalhes na nota explicativa nº 14).

As principais variações nas receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas de forma segregada por segmento na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida consolidado

O Lajida consolidado da Companhia, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 36,56% em 2022, em comparação a 2021, e sua margem em relação à receita líquida passou de 24,09% para 33,55% nos exercícios analisados.

O Lajida consolidado da Companhia, calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, reduziu 15,05% em 2022, em comparação a 2021 e sua margem em relação à receita líquida passou de 42,61% para 36,92% nos exercícios analisados.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

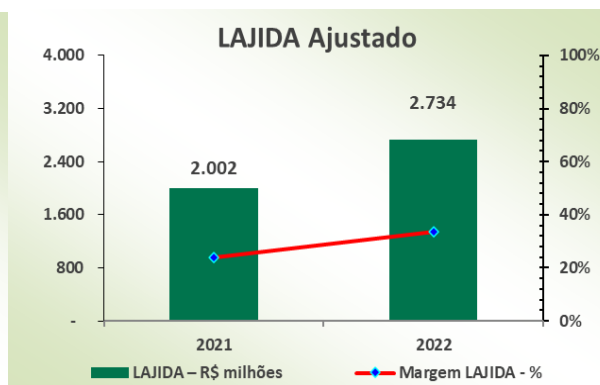
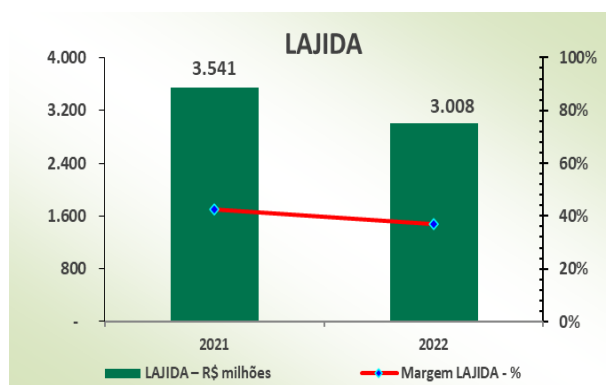
Lajida 2022 – R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	890	338	197	660	2.085
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	307	169	63	(421)	118
+ Resultado financeiro líquido	150	97	(34)	264	477
+ Depreciação e amortização	328	-	-	-	328
Lajida conforme “Resolução nº CVM 156” (1)	1.675	604	226	503	3.008
Efeitos não recorrentes e não caixa					
- Ganho na alienação de ativo mantido para venda (nota 30)	-	-	-	(60)	(60)
+ Ajuste a valor justo de ativo financeiro (nota 11)	172	-	-	-	172
- Reversão de provisão para perda - MESA (nota 13)	-	-	-	(162)	(162)
- Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	(29)	(27)	(5)	(6)	(67)
+ Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	7	7
+ Provisões tributárias - Indenização do anuênio	14	13	2	3	32
- Opção de venda - SAAG	-	-	-	(35)	(35)
- Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar	-	-	-	(161)	(161)
= Lajida ajustado (2)	1.832	590	223	89	2.734

Lajida 2021 – R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	1.395	403	280	(1.207)	871
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	409	76	145	(380)	250
+ Resultado financeiro líquido	758	395	(15)	1.023	2.161
+ Depreciação e amortização	255	3	1	-	259
Lajida conforme “Resolução nº CVM 156” (1)	2.817	877	411	(564)	3.541
Efeitos não recorrentes e não caixa					
- Repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido (nota 16)	(1.032)	-	-	-	(1.032)
- Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, investidas (*)	-	-	-	(308)	(308)
- Receita por antecipação de prestação de serviço, líquida (**)	-	-	(148)	-	(148)
- Resultado da RTP, líquido (nota 14) / Uniformização das práticas contábeis	-	(215)	-	-	(215)
+/- Baixa de ativo e impairment	-	-	-	51	51
+ Ajuste líquido referente à desvalorização em investimentos (nota 14)	-	-	-	204	204
- Baixa do saldo da obrigação pós-emprego do seguro de vida (nota 22)	(38)	(36)	(7)	(10)	(91)
= Lajida ajustado (2)	1.747	626	256	(627)	2.002

(*) As controladas em conjunto NESA, Aliança Geração e a coligada Madeira reconheceram em 2021, os montantes de R\$30 milhões, R\$149 milhões e R\$129 milhões, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.

(**) O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de PIS/Pasep e Cofins.

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita operacional

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica apresentou uma redução de R\$42 milhões, sendo de R\$7.629 milhões em 2022 na comparação com R\$7.670 milhões em 2021. Essa variação decorreu basicamente da redução de 4,32% no volume de energia vendida, sendo parcialmente compensado pelo aumento no preço médio de venda por MWh, de R\$247,46 em 2021 para R\$252,73 em 2022.

	2022			2021		
	MWh ³	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ³	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	14.453.048	4.229	292,60	14.598.936	3.933	269,40
Comercial	4.127.836	1.051	254,61	4.165.556	901	216,30
Rural	15.959	5	313,30	30.986	9	290,45
Subtotal	18.596.843	5.285	284,19	18.795.478	4.843	257,67
Fornec. não faturado, líquido	-	62	-	-	60	-
	18.596.843	5.347	284,19	18.795.478	4.903	257,67
Suprim. outras concessionárias (2)	11.376.243	2.290	201,30	12.530.390	2.909	232,16
Suprim. não faturado líquido	-	(8)	-	-	(141)	-
	29.973.086	7.629	252,73	31.325.868	7.671	247,46

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$723 milhões em 2022, em comparação a R\$613 milhões em 2021, um aumento de 17,91%, associado, principalmente ao reajuste anual da RAP das transmissoras (contratos 006/1997 e 79/2000), bem como entrada de novas obras.
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$407 milhões em 2022, comparados a R\$252 milhões em 2021, um aumento de 61,60%, em razão, basicamente, da maior realização nos projetos de investimento em transmissão no período; e
- Redução de 11,07% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$561 milhões e R\$631 milhões em 2022 e 2021, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 5,78% no exercício de 2022 comparada a 10,06% no exercício de 2021, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 13.

Receita de transações com energia na CCEE

A receita de transações com energia na CCEE foi de R\$186 milhões em 2022 em comparação a R\$340 milhões em 2021, representando uma redução de 45,32%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução de 78,9% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$58,99/MWh no exercício de 2022 comparado a R\$279,61/MWh no exercício de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.990 milhões em 2022 comparados a R\$1.963 milhões em 2021. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$5.994 milhões em 2022 em comparação a R\$5.970 milhões em 2021. As principais variações nos componentes dos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Custo com energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.146 milhões em 2022, comparado a R\$4.495 milhões em 2021, representando uma redução de 7,75%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 4,85% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$4.495 milhões em 2022, em comparação a R\$4.724 milhões em 2021, associado, principalmente, à redução do preço médio de compra da carteira, influenciado pelo término de contratos mais caros e início de contratos mais baratos; e
- redução de 67,21% no custo com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$72 milhões em 2022, em comparação a R\$218 milhões em 2021. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia em 2022, quando comparada às posições de 2021. Adicionalmente, foi observada uma redução de 78,9% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$58,99/MWh no exercício de 2022 comparado a R\$279,61/MWh no exercício de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$291 milhões em 2022, em comparação a R\$183 milhões em 2021, um aumento de 58,55%, em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que objetiva a intensificação dos investimentos em reforços e melhorias para a renovação da base ativos, condicionados aos prazos, custos e retorno esperado. A execução da carteira de investimentos em 2022 cumpriu o planejamento das energizações e receitas projetadas. As receitas serão reconhecidas e formalizadas no processo de revisão tarifária previsto para 2023.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$314 milhões em 2022 comparada a R\$291 milhões em 2021, representando um aumento de 8,03%. A variação decorre, principalmente, do reajuste salarial de 11,08% a partir de novembro de 2021, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2020, também em função de Acordo Coletivo. Em contraponto, ocorreu uma redução de 2,32% na quantidade de empregados (1.209 em 2022 e 1.181 em 2021).

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2022 foi uma despesa no montante de R\$132 milhões, em comparação a uma despesa no montante de R\$0,4 milhões em 2021. Essa variação decorre, principalmente, das alterações realizadas em 2021, pela Companhia, no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia cessou o pagamento desse benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$226 milhões em 2022, comparada a R\$179 milhões em 2021, representando um crescimento de 26,26%, decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 62,83% nas despesas com tecnologia da informação (R\$31 milhões em 2022 e R\$19 milhões em 2021); e
- aumento de 27,83% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos, sendo de R\$65 milhões em 2022 em comparação a R\$52 milhões em 2021.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$0,6 milhões em 2022 em comparação a R\$147 milhões em 2021, representando uma redução de 99,61%. As principais justificativas para essa variação são como segue:

- As provisões para opção de venda da SAAG representaram uma constituição de R\$36 milhões em 2022, em comparação à constituição de R\$100 milhões em 2021. Essa redução está associada, basicamente, aos efeitos positivos sobre o valor recuperável da MESA. Além disso, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento pelo FIP dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 14;
- Reversão de perda esperada com partes relacionadas no montante de R\$53 milhões referente a valor recebido pela cessão dos onerosa dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova. Mais detalhes na nota explicativa nº 30.
- Redução de 70,36% no montante de provisões para contingências, sendo de R\$10 milhões em 2022, em comparação a R\$33 milhões em 2021. Essa redução decorre, principalmente de:
 - Alteração no prognóstico das provisões referentes às contingências de PRL, que passou de provável para possível, ocasionando uma baixa de R\$67 milhões;
 - Em contraponto, houve o reconhecimento de provisão no montante de R\$32 milhões decorrente de ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização do anuênio paga pela Companhia aos empregados. Mais detalhes na nota explicativa nº 23.
- Redução de 96,07% nas perdas de créditos esperadas, que representaram uma constituição de R\$0,5 milhão em 2022 em comparação à constituição de R\$13 milhões em 2021, em função, principalmente, da baixa inadimplência observada nos últimos 12 meses.

Ajuste a valor justo de ativo financeiro

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171 milhões, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 12.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$519 milhões em 2022 em comparação a perdas líquidas no montante de R\$306 milhões em 2021.

O resultado de 2022 está associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- Reconhecimento de recebível no montante de R\$161 milhões, em 2022, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016; e
- Reversão da provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionistas no montante de R\$162 milhões. Referida provisão foi constituída em 2021, afetando negativamente o resultado com equivalência patrimonial daquele período.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$477 milhões em 2022 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$2.161 milhões em 2021. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação negativa do dólar em relação ao Real em 2022, de 6,5%, em comparação à variação positiva de 7,39% em 2021, gerando o registro de receitas no montante de R\$338 milhões e despesas de R\$354 milhões nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa em 2022, no montante de R\$438 milhões, em comparação ao reconhecimento de perdas no montante de R\$538 milhões em 2021, decorrentes basicamente do aumento na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real; e
- reconhecimento do ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$47 milhões no quarto trimestre de 2022 (R\$491 milhões no terceiro trimestre de 2021) como resultado das recompras parciais dos Eurobonds – *Tender Offer*. Mais detalhes sobre essas operações na nota nº 20.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no exercício de 2022, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$118 milhões em relação ao lucro de R\$2.203 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 5,35% de alíquota efetiva. No exercício de 2021, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$250 milhões em relação ao lucro de R\$1.122 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 22,31% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(d).

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$293 milhões, em comparação ao saldo de R\$123 milhões em 31 de dezembro de 2021, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2022 totalizou R\$1.699 milhões em comparação ao caixa líquido consolidado de R\$2.134 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2021. A redução decorre, principalmente, do montante recebido nas liquidações da operação de swap relacionada aos Eurobonds (substituição da dívida de dólar para CDI), que representaram uma entrada de caixa no montante de R\$129 milhões em 2022 (R\$1.022 milhões em 2021).

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2022 totalizou R\$370 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$43 milhões gerado pelas atividades de investimento em 2021. Essa variação deve-se, basicamente, ao volume de aplicações em títulos e valores mobiliários em 2022 (aplicações de R\$220 milhões em 2022 e resgate de R\$249 milhões em 2021).

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2022 totalizou R\$1.160 milhões em comparação a R\$2.439 milhões consumidos em 2021. Essa variação é decorrente, principalmente, da menor amortização de empréstimos em 2022, no montante de R\$1.707 milhões, sendo que em 2021 a amortização de empréstimos foi de R\$3.249 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia apresentou relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2022, fruto de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (opex) enquadrados nos limites regulatórios. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente sua alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e continuidade do seu programa de investimentos.

Em dezembro de 2022, a Companhia concluiu a liquidação da sua 9ª Emissão de Debêntures Simples, da espécie quirografária com garantia fidejussória e com um volume de R\$1 bilhão em 2 séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 700 milhões com incidência de juros remuneratórios de CDI + 1,33% aa, amortizações nos 36º, 48º e 60º meses e prazo total de 5 anos. A 2ª Série, caracterizada como “Debêntures Verdes”, foi emitida no valor de R\$300 milhões com incidência de juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 7,6245% aa, *bullet*, com prazo de 7 anos.

Ainda em dezembro de 2022, a Companhia realizou mais uma recompra antecipada parcial de sua dívida denominada em dólares, Eurobonds, cujo vencimento original é dezembro de 2024, com o objetivo de reduzir a concentração de sua dívida. Como resultado da *Tender Offer*, foram recomprados US\$243,89 milhões de principal. Mais informações na nota explicativa nº 20.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor’s e Fitch Ratings mantiveram os *ratings* da Cemig GT, além da melhora do rating pela agência Moody’s que o elevou, em escala global, de “Ba3” para “Ba2” o igualando ao *rating* soberano do Brasil e de AA-.br para AA.br em nível nacional, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

Na tabela a seguir está apresentada a posição de *rating* da Companhia nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo											
<i>Nacional</i>	<i>Global</i>	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		

Moody's		Grau de investimento										Grau Especulativo												
<i>Global</i>		Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C		

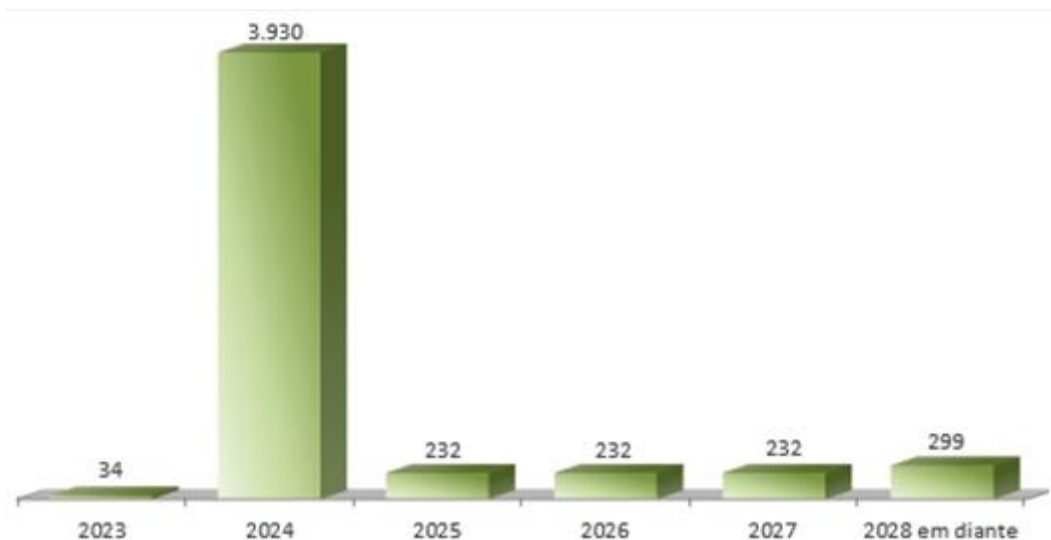
S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
<i>Nacional</i>	<i>Global</i>	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

Tanto os *eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que estão sendo atendidos pela Companhia.

O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$4.959 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,6 anos. Mais detalhes na nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras.

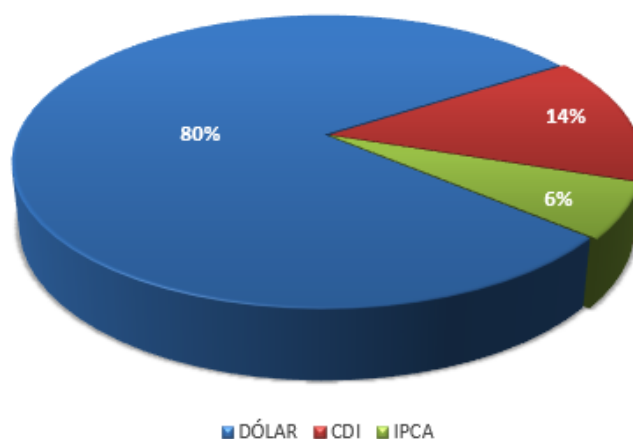
O cronograma de amortizações da dívida está evidenciado no gráfico a seguir:

**Cronograma de amortizações da dívida
Posicionamento em dezembro de 2022 (R\$ milhões)**



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um *hedge* natural, dado que a receita de sua atividade e grande parte dos contratos de comercialização são corrigidos por esse índice. Com relação aos *Eurobonds*, emitidos em dólares, há uma estrutura de *hedge* que faz com que a exposição final seja atrelada ao CDI. O seu custo real da dívida é de 12,44% a.a. a preços constantes e de 18,90% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2022



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2023, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2022 no montante de R\$2.085 milhões, da realização da Reserva de lucros a realizar no montante de R\$223 milhões e da realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$121 milhões:

- R\$104 milhões para constituição de reserva legal;
- R\$1.266 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
 - R\$600 milhões por meio de dividendos intermediários, declarados em 30 de janeiro de 2023;
 - R\$443 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
 - R\$223 milhões para pagamento de dividendos adicionais em decorrência da realização da Reserva de Lucros a Realizar.
- R\$10 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R\$1.049 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2023.

INVESTIMENTOS

Investimentos em geração

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A (“Aliança Geração”). A Aliança Geração possui um projeto de investimento em curso, conforme abaixo:

- Parque Eólico Acauã (“Acauã”): composto de 3 parques, a saber: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o segundo semestre de 2023. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

Em dezembro de 2022 entrou em operação comercial a Central Eólica Gravier S.A. (“Gravier”): localizada no município de Icapuí, no estado do Ceará. O empreendimento teve o início da implantação em janeiro de 2021 e conta com 17 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 71,4 MW e a produção estimada de 28 MW médios.

Os investimentos têm como fonte de recursos o próprio caixa da Aliança Geração, bem como financiamento por meio de emissão de debêntures e/ou outros instrumentos financeiros.

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

Em 23 de agosto de 2022, a Companhia celebrou contratos de fornecimento na modalidade Full EPC (Engineering, Procurement and Construction) para implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante, com Capex estimado na ordem de R\$824 milhões, sendo R\$447 milhões para UFV Boa Esperança e R\$377 milhões para UFV Jusante.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, Minas Gerais. A UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 87 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais. O cronograma dos projetos prevê a energização das usinas até setembro de 2023.

A implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

Projeto Poço Fundo

Em setembro de 2022 entraram em operação as novas unidades geradoras da Pequena Central Hidrelétrica de Poço Fundo, localizada no Sul de Minas Gerais. A ampliação desta PCH faz parte do programa de investimentos e marca a retomada da Cemig na construção de novas usinas. A capacidade de geração do novo empreendimento é de 30MW, ante os 9,16MW da antiga usina. Com investimento de aproximadamente R\$150 milhões, a usina conta com novos equipamentos, mais modernos e eficientes, que permitirão a operação remota da usina pelo Centro de Operação do Sistema (COS) da Companhia.

O empreendimento entrou em operação com três meses de antecedência em relação ao prazo estabelecido para o início do suprimento da energia comercializada pela Companhia no Leilão Aneel 03/2019, decorrente da ampliação da usina.

Investimentos em transmissão

Lote 1 do Leilão 02/2022

A Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

O lote arrematado tem sinergias importantes, aproveita a estrutura de operação e manutenção existente na Companhia, além de previsões de otimizações de Capex e antecipação de entrega do empreendimento, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto. O resultado no certame consolida o posicionamento estratégico da Companhia como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do país, em linha com os objetivos de crescimento sustentável e geração de valor, seguindo o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade, respeitando o meio ambiente.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue, em milhares de reais:

Serviços	2022	2021
Auditoria de demonstrações financeiras e obrigações acessórias	1.774	3.523

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação. A Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 18 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no CDP Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho da Cemig em 2022, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do *Carbon Disclosure Project* (CDP), uma instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2022, a Cemig GT aplicou cerca de R\$17,8 milhões em meio ambiente, dos quais R\$6 milhões envolveram projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade pela Companhia, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso sendo a gestão e a conservação da água assuntos relevantes para a Companhia, com a gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

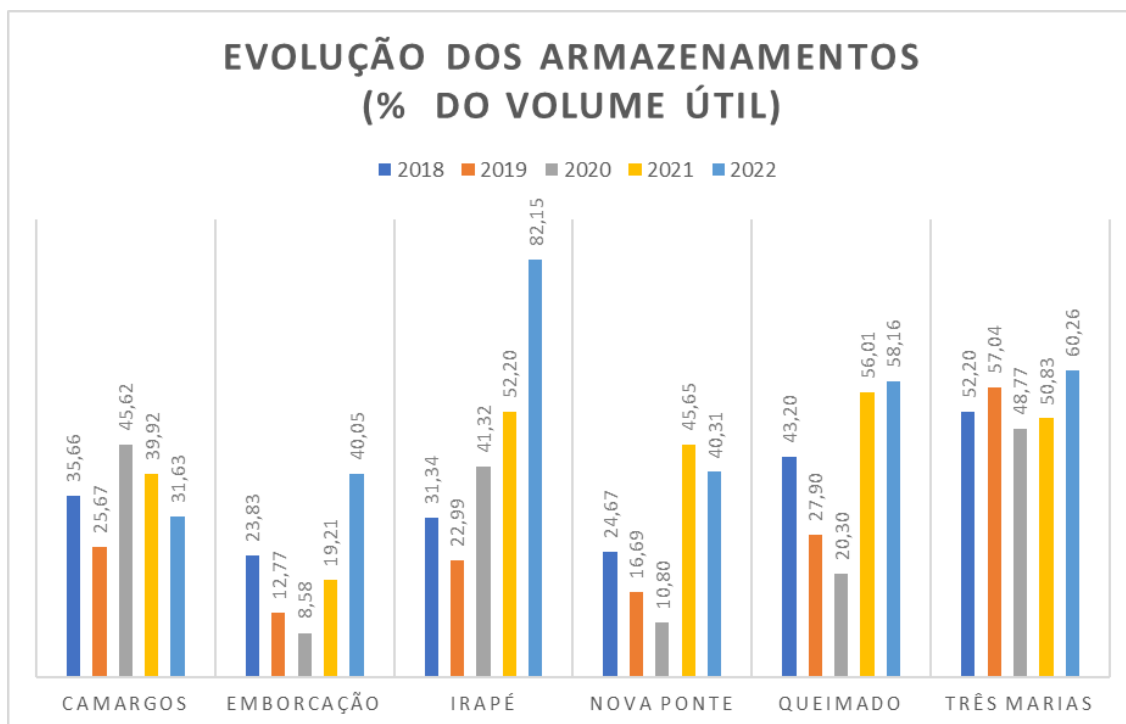
Desde 2016, a Cemig possui uma [Política de Recursos Hídricos](#), cujos princípios buscam a adoção de práticas racionais e sustentáveis do uso dos recursos hídricos, com a conservação de água e preservação de mananciais e relacionamento próximo junto às partes interessadas.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida no período chuvoso 2021/2022), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu [website](#) dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Android.

No gráfico abaixo são apresentadas as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2022, comparado com a mesma época de anos anteriores.

Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)



Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Suprimentos de Material e Serviço fica responsável pela destinação final dos resíduos.

Em 2022, foram destinadas 639 toneladas de resíduos industriais: 94,36% desses resíduos foram alienados ou reciclados e 5,63% foram coprocessados, enviados para tratamento ou dispostos em aterro industrial.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig GT, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de operação e manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

Programas para a ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade. Em 2022 o Programa completou 15 anos de existência.

Desde sua criação, o programa atua em duas frentes, visando a preservação das populações de peixes e ,apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2022, foram executados 7 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, sendo publicados 63 trabalhos (duas teses, quatro dissertações, quatro monografias, 41 resumos científicos, 11 artigos científicos e um minicurso) relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 158 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2022.

Dentro dessa estratégia de divulgação de resultados, uma importante ação do Peixe Vivo foi a realização de um minicurso dentro do XXIV Encontro Brasileiro de Ictiologia, com o título “Operação e manutenção de usinas hidrelétricas: impactos sobre a ictiofauna e medidas de mitigação”. O objetivo do minicurso foi repassar para diferentes atores as práticas realizadas pela Cemig na temática de prevenção de morte de peixes durante a operação de usinas hidrelétricas.

Para o desenvolvimento de ações relacionadas à ictiofauna e projetos de pesquisa vinculados ao Programa Peixe Vivo, foram gastos em 2022, o total de R\$7 milhões.

Mudanças Climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Desempenho Social

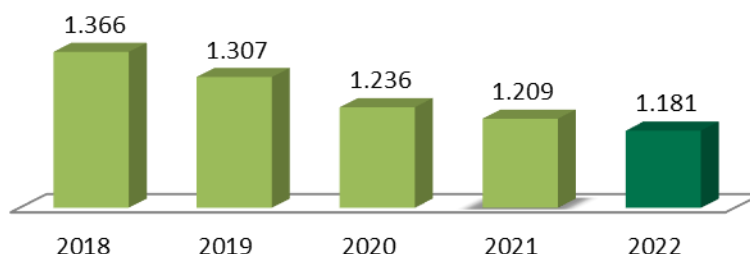
Gestão de pessoas

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Companhia vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 1.366 empregados ao final do exercício de 2018 para 1.181 ao final do exercício de 2022, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Quantidade de empregados



Em 2022, a Companhia viabilizou a admissão de 60 empregados. Essas admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente em áreas essencialmente técnicas.

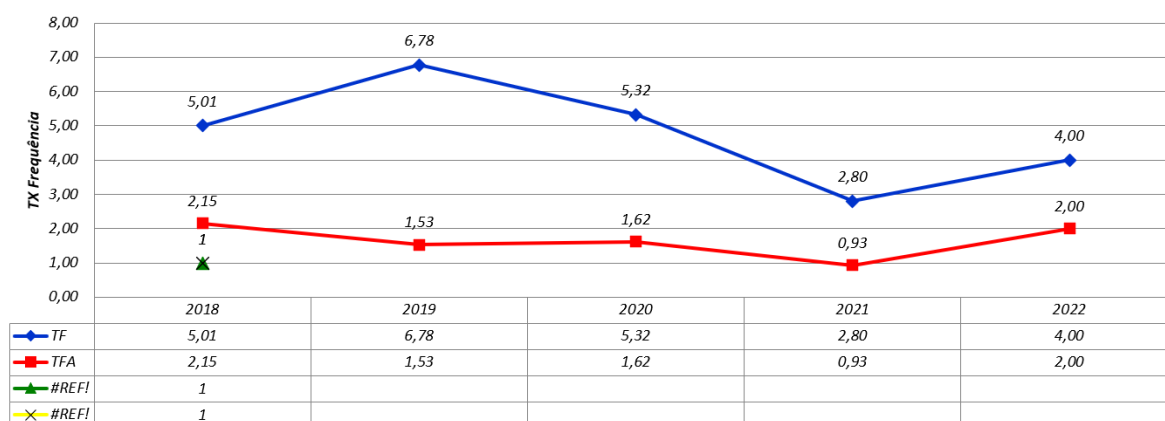
Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2022 continuaram a ser adotados pela força de trabalho os protocolos de saúde, baseados nos acompanhamentos da evolução da Covid-19 em todo o país.

O desafio de atuação permanente da área de saúde no monitoramento contínuo dos trabalhadores e a utilização do aplicativo, por meio do qual as informações são prestadas pelos mesmos, contribuíram de forma positiva para continuar resguardando a saúde dos trabalhadores e seus familiares além de minimizar a transmissibilidade da doença no ambiente interno da Companhia.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) apresentamos os dados de 2022, bem como os dados dos últimos 5 anos.

Histórico da Taxa de Frequência - CEMIG - GT


Comparando com o ano de 2021, tivemos um aumento nas taxas de acidentes, quebrando uma série que vinha decrescendo desde 2019. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a retomar a tendência de redução do TFA e TF nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Clima e Cultura Organizacional

Em outubro de 2022, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima para o empregados, com o objetivo de conhecer aspectos associados ao vínculo, conexão e engajamento, a fim de trazer objetividade a temas que possam interferir no clima organizacional. Houve a participação de 59% do quadro de empregados próprios, com o alcance de 75% de favorabilidade, representando um salto de 12 pontos percentuais em comparação à pesquisa realizada em 2021.

A Cemig tem atuado fortemente para promover uma nova cultura, que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, por meio do programa “Novas Energias”, que teve início em junho de 2020. A partir do mapeamento cultural foram desenhados pacotes com práticas que visam desenvolver uma série de processos relacionados à gestão de pessoas, com o objetivo de alavancar os resultados alinhados ao fortalecimento da cultura desejada.

As principais práticas abordadas nestes pacotes foram a criação de modelos estruturados para governança interna por meio de ligas estratégicas, trilhas de carreiras, recrutamento e seleção (interno e externo), integração, programa de reconhecimento, comunicação interna, gestão de performance, trilha de carreira, desenvolvimento de futuros líderes e processo de sucessão. Além disso, foram realizados módulos teóricos de desenvolvimento da liderança, com o objetivo de manter os gestores alinhados ao que é esperado em relação às práticas desenvolvidas pelo time do Projeto Novas Energias.

Alguns projetos de destaque no ano de 2022 são:

Programa Proximidade: criado pela Cemig para estreitar o relacionamento e, em conjunto com outros programas, levar conhecimento técnico e promover o desenvolvimento social das comunidades próximas às usinas sob sua concessão. São promovidos encontros, em que especialistas da empresa fazem palestras técnicas e objetivas para esclarecer aspectos operativos de reservatórios e barragens (segurança operacional e estrutural), tratativas dos Planos de Ação de Emergências (PAEs) das barragens, além de divulgar as ações socioambientais dos empreendimentos.

Após paralisação nos anos de 2020 e 2021, devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de reuniões presenciais em 2022, com 04 eventos ocorridos nas UHEs: Queimado, Nova Ponte, Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação) e Irapé. Nesses eventos, ocorreram a participação de 132 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições.

Em 2022, além dos temas corriqueiros (por exemplo, Meteorologia, Segurança de Barragem (Operacional e Civil) e Ações Socioambientais, ocorreram também apresentações sobre Informes dos PAEs-Planos de Ação de Emergência das barragens dos empreendimentos e, por fim, a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. Móvel de Gestão de Riscos).

A partir de agosto de 2022, foi criado e já imediatamente implementado o “Projeto VAMOS”, específico para execução de tratativas de integração dos PAEs-Planos de Ação de Emergência das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência Municipais. Foram constituídos 17 Cis-Comitês de Integração do PAE para 18 usinas, envolvendo 33 Defesas Civas Municipais, 18 REDECs (Regionais da CEDEC MG) e 16 Unidades de Corpo de Bombeiros Militar. Ainda em 2022, foram realizadas 18 reuniões presenciais para constituição dos Cis com a proposição da seguinte programação com finalização em 2023 para algumas usinas e em 2024 para outras.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2022 do AI6% envolveu a participação de 1.391 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 145 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

O valor investido pela Companhia foi de R\$1,5 milhão. No total, foram destinados R\$2,5 milhões para entidades distribuídas em 77 municípios da área de influência da Empresa.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O programa Você – Voluntariado: engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Esse programa foi criado com base em três pilares, sendo (i) incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, no qual o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino, e (iii) sugestão de ações por empregados na plataforma de voluntariado, às quais podem ser aderidas pelos colegas.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado juntamente com uma empresa especializada no tema.

A ano de 2022 foi atípico, de mudanças no Voluntariado, de retorno ao trabalho presencial e de algumas restrições devido ao período eleitoral, mas, ainda assim, foram realizadas ações com impactos positivos na sociedade, como por exemplo as ações assistencialistas, realizadas conforme a necessidade do momento.

Campanha SOS Chuvas: Foram mais de 600 cidades sob alerta e milhares de pessoas prejudicadas pelos estragos que as fortes chuvas causaram no estado de Minas Gerais. Para contribuir com as ações assistencialistas, a Cemig disponibilizou pontos de coleta nas agências de 17 municípios mineiros, para arrecadações de água mineral, itens de higiene pessoal, alimentos não perecíveis, materiais de limpeza, roupas de cama e banho, que contribuiriam com as pessoas que sofreram com as enchentes do início do ano.

Dia V – Dia do Voluntariado: O evento aconteceu em Santa Luzia, na Escola Estadual Tancredo Neves, e atendeu aos moradores do entorno e da ocupação Vitória, comunidade da região do Isidoro. Foram 685 beneficiados, 94 voluntários e 34 parcerias. A ação propiciou aos moradores uma série de benefícios gratuitos como atendimento médico (médico da família, nutricionista, psicólogos, aferição de pressão e glicose), orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de beleza (tranças, corte de cabelo, sobrancelha, maquiagem e esmaltação), atendimento jurídico (vara de família), orientação e construção de currículos, orientação financeira, orientação para segurança da população com a rede elétrica, apresentação artística, telescópio solar, além do circuito de brincadeiras para as crianças recheado de pipoca e algodão doce.

Em 2022, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 21 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras e ações propostas pelos empregados. Participaram das ações como voluntários(as) 183 empregados, totalizando mais de 400 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

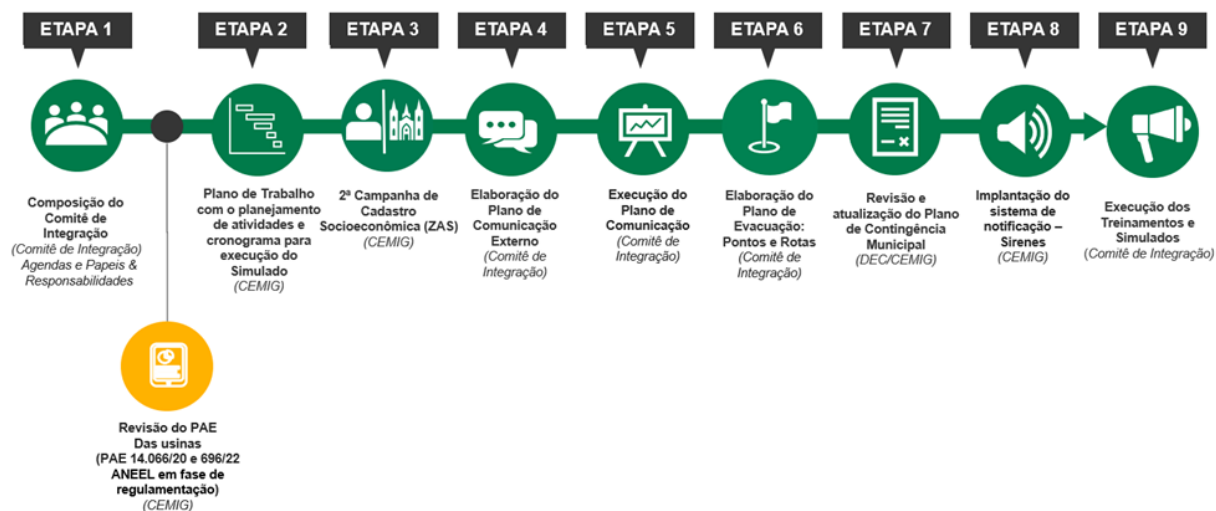
A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, com foco também nos riscos de inundação causados por cheias ordinárias. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos Plancons - Planos de Contingência dos Municípios correlacionados com a realização de reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

A Companhia criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos Plancons, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos Cis- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal.

No total foram constituídos 16 Cis que trataram os temas listados na figura abaixo:



Ainda no ano de 2022, após 02 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHEs Queimado, Nova Ponte, Theodomiro Carneiro Santiago, anteriormente denominada Emborcação, e Irapé). Estes eventos contaram com a participação dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a empresa com maior investimento em cultura em Minas Gerais, com investimentos em 2022 de R\$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Saúde

No ano de 2022, a Cemig investiu R\$ 18,5 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 166 unidades hospitalares, envolvendo a instalação de usinas fotovoltaicas e substituição de equipamentos ineficientes por outros mais modernos.

Esportes:

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou uma chamada pública em 2022 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via leis federal ou estadual de Incentivo ao Esporte.

Fundo do Idoso:

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2022 foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de diferentes fatores, tais como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização da economia utilizando energia elétrica de fontes renováveis, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- Possibilitar a capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- Captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais; e
- Elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado em agosto de 2021 o Desafio Cemig da Inovação 2021, o qual terá vigência de 18 meses.

O Desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em 4 macro temas alinhados à estratégia da Cemig para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e Serviços Inteligentes;
- Sistemas Elétricos do Futuro;
- Eletrificação e Eletromobilidade; e
- Alternativas em Geração Sustentável.

Foram convidados a participar pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2022, a Cemig GT executou 30 projetos de P&D, resultando em um investimento de R\$11,27 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Adequação do sistema de realidade virtual da Cemig para a integração com recursos de inspeção por imagens em tempo Real e treinamento conjunto das equipes de campo e do COS;
- Dispositivo Individual para Notificação (DIN) em caso de emergência com barragens;
- Ferramenta para definição de preços futuros na composição ótima de portfólio de compra e venda de energia;
- Processos Ecológicos: Desenvolvimento de novas ecotecnologias de diagnóstico e processos ambientais (Projeto Proecos).

Desempenho em Governança Corporativa

A Governança Corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Empresa. Os membros do Conselho de Administração, que são designados pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Para sustentar um modelo de governança corporativa bem estruturado, a Cemig segue as boas práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fomentando uma relação de confiança e integridade com suas partes interessadas. Desde 2001, a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B³.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2022, reuniu-se 27 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

O Conselho de Administração é integrado por 11 membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 anos, não coincidentes, sendo permitida 1 reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2022, foram realizadas 12 reuniões.

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontra-se disponível no site da Cemig: <http://ri.cemig.com.br>

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2022, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação do Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de *Compliance*, vigente para o ciclo 2022/2023.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta

Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos, Participadas e Financeiro.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em Junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e monitoramento de tratamento; identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

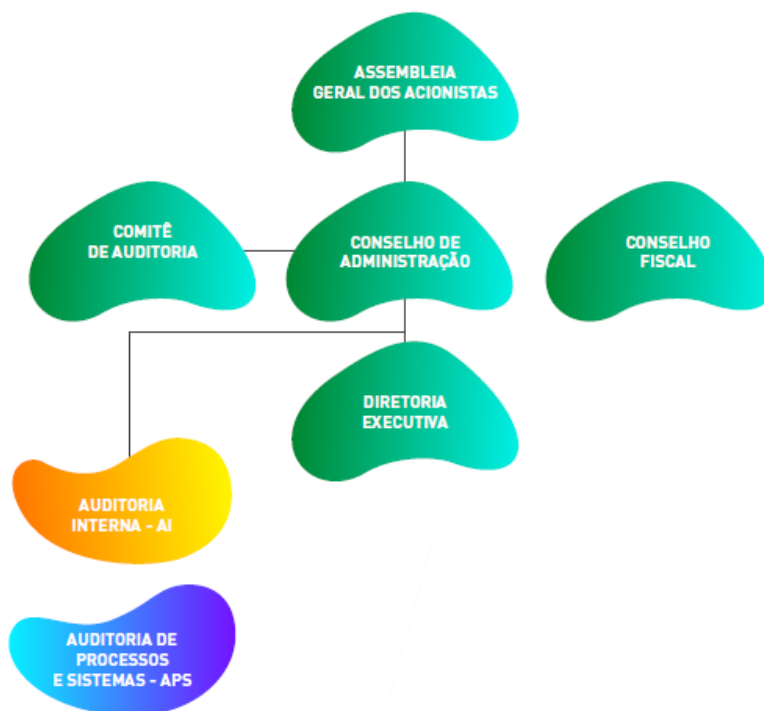
Política de Compliance e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de Compliance composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, empregados ou contratados.

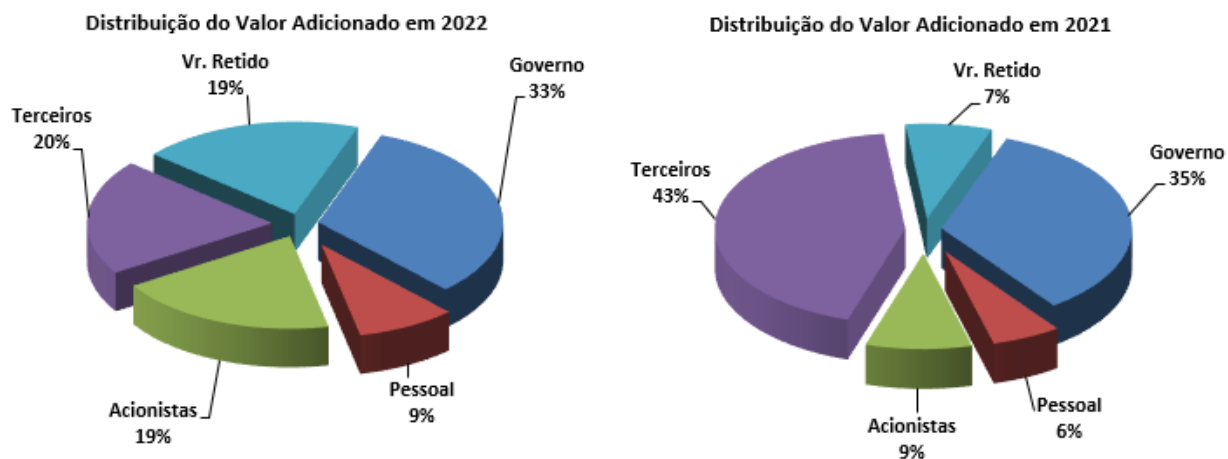
O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Estrutura de Governança Corporativa Cemig



Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade com R\$5.388 milhões de valor adicionado em 2022 em comparação a R\$5.321 milhões em 2021.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, as demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1) Base de cálculo	2022 Controladora			2021 Controladora		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita líquida (RL)			6.952.512			6.902.562
Resultado operacional (RO)			2.550.291			3.007.476
Folha de pagamento bruta (FPB)			313.946			291.204
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	20.951	6,67	0,30	19.278	6,62	0,28
Encargos sociais compulsórios	74.048	23,59	1,07	70.289	24,14	1,02
Previdência privada	21.714	6,92	0,31	21.125	7,25	0,31
Saúde	15.611	4,97	0,22	13.937	4,79	0,20
Segurança e medicina no trabalho	3.221	1,03	0,05	4.800	1,65	0,07
Educação	251	0,08	0,00	240	0,08	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	14.126	4,50	0,20	6.594	2,26	0,10
Creches ou auxílio-creche	689	0,22	0,01	511	0,18	0,01
Participação nos lucros ou resultados	33.169	10,57	0,48	34.448	11,83	0,50
Outros	3.502	1,12	0,05	4.968	1,71	0,07
Total - Indicadores sociais internos	187.282	59,65	2,69	176.190	60,50	2,55
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	0	0,00	0,00	70	0,00	0,00
Cultura	1.200	0,05	0,02	2.615	0,09	0,04
Saúde e saneamento	0	0,00	0,00	636	0,02	0,01
Esporte	0	0,00	0,00	654	0,02	0,01
Outros doações/subvenções/projeto ASIN	381	0,01	0,01	1.661	0,06	0,02
Total das contribuições para a sociedade	1.581	0,06	0,02	5.636	0,19	0,08
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.350.656	52,96	19,43	1.350.874	44,92	19,57
Total - Indicadores sociais externos	1.352.237	53,02	19,45	1.351.318	44,93	19,58
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	11.482	0,45	0,17	16.956	0,56	0,25
Total dos investimentos em meio ambiente	11.482	0,45	0,17	16.956	0,56	0,25
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício			1.181			1.209
Nº de admissões durante o exercício			60			37
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			10			14
Nº de estagiários (as) contratados (as)			30			-
Escolaridade dos empregados			-			-
- Superior e extensão universitária			504			498
- 2º Grau			673			707
- 1º Grau			4			4
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			464			472
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			181			176
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			18,18%			15,38%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			52			56
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			1,52%			3,08%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			33			32

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	25,43		
Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios	4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia -	no Procon -	na Justiça 5
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2022: R\$5.388.248		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	32,37% governo; 19,35% acionistas; 8,72% colaboradores(as); 20,20% terceiros; 19,35% retido		

7) Outras Informações	2022
Investimentos em questões ambientais	R\$ 17.762.623
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 181 estações de coleta
Resíduos e materiais inservíveis	639 toneladas
Receita com as vendas dos resíduos	R\$ 843.696,46

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2022 Controladora	2021 Controladora
Atendimento		
Número de consumidores	3.242	3.124
Número de empregados	1.181	1.209
Energia vendida por empregado - MWh	21.738	22.158
Mercado		
Geração própria - GWh	6.050	3.880
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	252,99	234,56
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	21	21
Capacidade Instalada (MW)	2.303	2.303
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	6.953	6.903
Margem operacional - %	36,68%	43,57%
Lajida - R\$ milhões	3.008	3.541
Resultado - R\$ milhões	2.085	871
Resultado por ação	0,72	0,30
Patrimônio líquido - R\$ milhões	8.893	7.755
Valor patrimonial por ação	3,07	2,68
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	23,45%	11,24%
Endividamento do patrimônio líquido - %	119,70%	143,74%
Liquidez Corrente	1,21	1,00
Liquidez Geral	0,89	0,81

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor Presidente
Dimas Costa	Diretor Cemig Comercialização
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Diretor Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Diretor Cemigpar
Marney Tadeu Antunes	Diretor sem denominação específica
Henrique Motta Pinto	Diretor de Regulação e Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
NOMES
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)
Jaime Leôncio Singer (majoritário)
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)
José Reinaldo Magalhães (majoritário)
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)
Roger Daniel Versieux (minoritários)
José João Abdalla Filho (preferencialistas)
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcato (majoritário)	Luiza Cardoso Barreto (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritário)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA
NOMES
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)
Márcio de Lima Leite
Roberto Tommasetti
Afonso Henriques Moreira Santos

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	292.980	123.071	194.482	86.064
Títulos e valores mobiliários	7	1.352.359	943.789	788.368	618.130
Consumidores e revendedores	8	982.643	681.255	812.592	534.579
Concessionários - transporte de energia	8	112.706	113.324	110.007	111.164
Tributos compensáveis	9	51.896	31.874	28.375	27.921
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	774.649	652.515	772.564	650.523
Dividendos a receber	28	140.250	232.098	259.106	280.204
Ativo financeiro da concessão	12	309.347	283.233	-	-
Ativos de contrato	13	720.032	592.337	691.153	565.659
Outros ativos		260.733	79.924	255.951	75.529
TOTAL DO CIRCULANTE		4.997.595	3.733.420	3.912.598	2.949.773
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	5.105	194.110	2.976	127.128
Consumidores e revendedores	8	63	3.393	47	715
Tributos compensáveis	9	47.280	71.546	28.545	27.614
Depósitos vinculados a litígios	11	174.461	161.820	168.183	152.759
Instrumentos financeiros derivativos	29	702.734	1.219.176	702.734	1.219.176
Outros ativos		61.895	55.000	69.556	62.084
Ativo financeiro da concessão	12	3.332.528	3.325.170	691.460	816.202
Ativos de contrato	13	3.924.195	3.684.645	3.842.796	3.595.441
Investimentos	14	3.355.051	3.330.193	7.845.778	7.481.708
Imobilizado	15	2.356.699	2.417.525	1.556.915	1.656.846
Intangível	16	974.169	1.112.912	660.093	773.405
Direito de uso	17a	57.219	41.864	55.493	40.427
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.991.399	15.617.354	15.624.576	15.953.505
TOTAL DO ATIVO		19.988.994	19.350.774	19.537.174	18.903.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE					
Empréstimos e debêntures	20	33.707	470.536	33.707	470.536
Fornecedores	18	503.110	383.786	448.621	334.379
Imposto de renda e contribuição social	10b	109.881	157.444	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	176.252	144.387	131.435	123.747
Encargos regulatórios	21	116.248	111.160	104.357	100.052
Obrigações pós-emprego	22	84.377	75.257	84.377	75.257
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.406.958	799.947	1.406.958	799.947
Salários e encargos sociais		68.283	58.625	67.301	57.655
Instrumentos financeiros derivativos	29	90.526	6.130	90.526	6.130
Instrumentos financeiros - Opção de venda	29	672.416	636.292	672.416	636.292
Passivo de arrendamentos	17b	9.893	9.829	9.592	9.637
Outros passivos		179.448	326.500	177.552	325.574
TOTAL DO CIRCULANTE		3.451.099	3.179.893	3.226.842	2.939.206
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e debêntures	20	4.925.359	5.558.924	4.925.359	5.558.924
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	646.368	678.897	557.634	593.588
Impostos, taxas e contribuições	19	361.301	334.047	348.573	324.730
Encargos regulatórios	21	5.299	2.541	-	-
Obrigações pós-emprego	22	1.112.069	1.231.957	1.112.069	1.231.957
Provisões	23	397.040	438.043	396.537	437.772
Passivo de arrendamentos	17b	52.474	35.621	50.909	34.289
Outros passivos		145.175	135.397	26.441	27.358
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.645.085	8.415.427	7.417.522	8.208.618
TOTAL DO PASSIVO		11.096.184	11.595.320	10.644.364	11.147.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		5.473.724	4.123.724	5.473.724	4.123.724
Reservas de lucros		3.628.085	2.464.672	3.628.085	2.464.672
Ajustes de avaliação patrimonial		(208.999)	(182.942)	(208.999)	(182.942)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.350.000	-	1.350.000
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.892.810	7.755.454	8.892.810	7.755.454
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.988.994	19.350.774	19.537.174	18.903.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	25	8.148.452	8.311.112	6.952.512	6.902.562
CUSTOS OPERACIONAIS	26				
Custos com energia elétrica		(4.391.532)	(4.709.499)	(4.310.839)	(4.494.182)
Custos de construção		(290.750)	(183.386)	(290.750)	(183.386)
Custos de operação		(835.956)	(754.739)	(648.331)	(589.835)
		(5.518.238)	(5.647.624)	(5.249.920)	(5.267.403)
LUCRO BRUTO		2.630.214	2.663.488	1.702.592	1.635.159
DESPESAS OPERACIONAIS	26				
Perdas de créditos esperadas		(531)	(13.497)	(1.302)	(13.413)
Despesas gerais e administrativas		(124.583)	(107.367)	(124.857)	(107.193)
Outras despesas operacionais		(350.449)	(201.297)	(348.958)	(198.274)
		(475.563)	(322.161)	(475.117)	(318.880)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	16	-	1.031.809	-	805.613
Revisão Tarifaria Periódica, líquida		-	214.955	-	214.955
Resultado de equivalência patrimonial	14	519.345	(305.756)	1.316.172	670.629
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	6.644	-	6.644	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		2.680.640	3.282.335	2.550.291	3.007.476
Receitas financeiras	27	604.032	138.033	521.218	106.491
Despesas financeiras	27	(1.081.323)	(2.298.743)	(1.062.233)	(2.282.965)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.203.349	1.121.625	2.009.276	831.002
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	(199.284)	(364.000)	(8.521)	(145.083)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	81.391	113.809	84.701	185.515
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.085.456	871.434	2.085.456	871.434
Lucro básico e diluído por ação – R\$	24	0,72	0,30	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.085.456	871.434	2.085.456	871.434
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 22)	143.375	72.061	143.375	72.061
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 10c)	(48.747)	(24.500)	(48.747)	(24.500)
	94.628	47.561	94.628	47.561
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	2.180.084	918.995	2.180.084	918.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.000.000	-	2.072.877	(230.706)	-	5.842.171
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	871.434	871.434
Outros resultados abrangentes						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	47.561	-	47.561
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	47.561	871.434	918.995
Reclassificação de perdas atuariais	-	-	-	8.988	(8.988)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 24a)	-	1.350.000	-	-	-	1.350.000
Aumento de capital	123.724	-	-	-	-	123.724
Destinação do lucro líquido do exercício						
Realização do custo atribuído (nota 24f)	-	-	-	(8.785)	8.785	-
Reserva legal (nota 24c)	-	-	43.572	-	(43.572)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,10 p/ ação) (nota 24d)	-	-	-	-	(291.462)	(291.462)
Dividendos estatutários (R\$0,06 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	-	(187.974)	(187.974)
Reserva de retenção de lucros (nota 24c)	-	-	348.223	-	(348.223)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.123.724	1.350.000	2.464.672	(182.942)	-	7.755.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.085.456	2.085.456
Outros resultados abrangentes						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	94.628	-	94.628
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	94.628	2.085.456	2.180.084
Aumento de capital (nota 24a)	1.350.000	(1.350.000)	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva de incentivos fiscais (nota 24c)	-	-	10.398	-	(10.398)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(120.685)	120.685	-
Reserva legal (nota 24c)	-	-	103.753	-	(103.753)	-
Dividendos intermediários (R\$0,15 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	-	(600.000)	(600.000)
Dividendos estatutários (R\$0,21 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	-	(442.728)	(442.728)
Dividendos adicionais (R\$0,08 p/ação) (nota 24d)	-	-	222.935	-	(222.935)	-
Reserva de lucros a realizar (nota 24c)	-	-	(222.935)	-	222.935	-
Reserva de retenção de lucros (nota 24c)	-	-	1.049.262	-	(1.049.262)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.473.724	-	3.628.085	(208.999)	-	8.892.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		2.085.456	871.434	2.085.456	871.434
AJUSTES:					
Depreciação e amortização	26	328.387	259.454	253.805	193.621
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		12.006	14.993	60	898
Ajuste a valor justo de ativo financeiro	12	171.770	-	171.770	-
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	16	-	(1.031.809)	-	(805.613)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	12 e 13	(1.191.372)	(1.222.592)	(702.459)	(696.499)
Equivalência patrimonial	14b	(519.345)	305.756	(1.316.172)	(670.629)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	14b	7.412	-	7.412	-
Ágio na recompra de eurobonds	20	46.763	491.037	46.763	491.037
Juros e variações monetárias		544.735	849.935	544.602	848.344
Variação cambial de empréstimos	20	(338.265)	353.950	(338.265)	353.950
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	13	-	(236.627)	-	(236.627)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	(6.644)	-	(6.644)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos	20	2.514	16.359	2.514	16.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	(81.391)	(113.809)	(84.701)	(185.515)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	26b	10.400	46.798	10.924	46.706
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	29	437.887	537.976	437.887	537.976
Variação do valor justo de instrumentos financeiros - Opção de venda	29	36.124	100.137	36.124	100.137
Obrigações pós-emprego	22	140.391	16.115	140.391	16.115
Outros		154.874	66.786	157.689	69.110
		1.841.702	1.325.893	1.447.156	950.804
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		(298.589)	221.628	(278.647)	251.745
Tributos compensáveis		7.066	(7.074)	(1.385)	(953)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		182.428	32.436	207.876	46.872
Concessionários e transporte de energia		618	(3.416)	1.157	(98)
Depósitos vinculados a litígios		625	2.631	(2.250)	2.762
Dividendos recebidos		257.810	159.096	664.675	699.131
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	12 e 13	618.885	691.188	282.582	406.728
Outros		(145.990)	66.540	(146.180)	35.548
		622.853	1.163.029	727.828	1.441.735
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		119.324	(82.333)	114.242	(58.195)
Impostos, taxas e contribuições		25.015	184.723	(2.577)	171.475
Imposto de renda e contribuição social a pagar		199.284	364.000	8.521	145.083
Salários e contribuições sociais		9.658	6.519	9.646	6.505
Encargos regulatórios		7.846	(116.508)	4.305	(108.566)
Obrigações pós-emprego	22	(107.784)	(94.525)	(107.784)	(94.525)
Outros		(8.024)	(22.559)	(19.789)	(6.640)
		245.319	239.317	6.564	55.137
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.709.874	2.728.239	2.181.548	2.447.676
Imposto de renda e contribuição social pagos		(517.580)	(378.639)	(304.609)	(201.100)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	20	(621.439)	(1.236.454)	(621.439)	(1.235.630)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	29	129.122	1.021.776	129.122	1.021.776
Juros pagos de arrendamentos	17	(597)	(542)	(533)	(493)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.699.380	2.134.380	1.384.089	2.032.229
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(25.213)	(41.505)	(45.213)	(101.755)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	6.644	-	6.644	-
Imobilizado	15	(121.657)	(181.713)	(22.192)	(68.432)
Intangível	16	(10.147)	(5.473)	(10.044)	(5.460)
Títulos e valores mobiliários		(219.565)	248.863	(46.086)	344.341
Caixa oriundo de reestruturação societária	14d	-	22.693	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(369.938)	42.865	(116.891)	168.694
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos	20	993.868	-	993.868	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(435.717)	(527.768)	(435.717)	(527.768)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	20	(1.706.590)	(3.249.192)	(1.706.590)	(3.217.280)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Pagamentos de arrendamentos	17	(11.094)	(11.611)	(10.341)	(10.806)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	-	1.350.000	-	1.350.000
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.159.533)	(2.438.571)	(1.158.780)	(2.405.854)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		169.909	(261.326)	108.418	(204.931)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	123.071	384.397	86.064	290.995
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		292.980	123.071	194.482	86.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS				
Venda de energia e serviços	8.656.045	8.868.386	7.746.983	7.783.849
Receita de construção	407.193	251.973	407.193	251.973
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	561.044	630.900	538.988	627.912
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	466.857	523.105	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-	236.627	-	236.627
Investimentos em imobilizado	74.411	83.541	74.411	83.541
Perdas de créditos esperadas	(531)	(13.497)	(1.302)	(13.413)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	6.644	-	6.644	-
Outras receitas, líquidas	-	327	-	327
	10.171.663	10.581.362	8.772.917	8.970.816
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(4.566.647)	(4.941.722)	(4.554.795)	(4.774.636)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(267.440)	(234.686)	(193.219)	(172.117)
Serviços de terceiros	(304.256)	(273.543)	(238.663)	(223.112)
Materiais	(301.901)	(179.846)	(291.102)	(166.710)
Concessão onerosa	(4.072)	(3.456)	(4.062)	(3.446)
Outros custos operacionais	(204.938)	(237.373)	(198.364)	(226.888)
	(5.649.254)	(5.870.626)	(5.480.205)	(5.566.909)
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.522.409	4.710.736	3.292.712	3.403.907
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(328.387)	(259.454)	(253.805)	(193.621)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	4.194.022	4.451.282	3.038.907	3.210.286
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	-	1.031.809	-	805.613
Resultado de equivalência patrimonial	519.345	(305.756)	1.316.172	670.629
Receitas financeiras	627.853	143.686	543.648	111.683
Receita de indenização da geração	47.028	-	47.028	-
	1.194.226	869.739	1.906.848	1.587.925
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.388.248	5.321.021	4.945.755	4.798.211
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	469.892	314.246	443.975	291.152
Remuneração direta	256.164	249.937	231.141	227.641
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	176.358	41.994	175.646	41.364
FGTS	16.834	16.147	16.652	15.979
Programa de desligamento voluntário programado	20.536	6.168	20.536	6.168
Impostos, taxas e contribuições	1.744.259	1.831.306	1.350.656	1.350.874
Federais	1.104.871	1.109.680	783.519	701.059
Estaduais	634.136	711.748	562.437	645.244
Municipais	5.252	9.878	4.700	4.571
Remuneração de capitais de terceiros	1.088.641	2.304.035	1.065.668	2.284.751
Juros	1.081.323	2.298.743	1.062.233	2.282.965
Aluguéis	7.318	5.292	3.435	1.786
Remuneração de capitais próprios	2.085.456	871.434	2.085.456	871.434
Juros sobre capital próprio	-	291.462	-	291.462
Dividendos intermediários	600.000	-	600.000	-
Dividendos obrigatórios	442.728	187.974	442.728	187.974
Lucros retidos	1.042.728	391.998	1.042.728	391.998
	5.388.248	5.321.021	4.945.755	4.798.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica:

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO:		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”)	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”)	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Baguari I - subsidiária integral da Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Paracambi Energética S.A. (“Paracambi”) (antiga Lightger) (1)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”)	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais.
Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte”)	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A, que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.

Investimentos	Classificação	Descrição
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e pela Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro de 2017. Com esses ativos, a controlada em conjunto possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW (*). Desse total, 1.158 MW (*) por meio de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW (*) médios, 99 MW (*) por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46MQ médios; e 180 MW (*) em implantação por meio da expansão do Completo Eólico de Santo Inácio com mais um parque e três parques no Rio Grande do Norte. A Vale e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") (1)	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgínia. Todas no Estado de Minas Gerais.
COLIGADAS		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
CONTROLADAS		
Cemig Geração Três Marias S.A. (2)	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW (*) de potência instalada e 227,1 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Salto Grande S.A. (2)	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW (*) de potência instalada e 75 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW (*) de potência instalada e 21 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW (*) de potência instalada e 28 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW (*) de potência instalada e 18,64 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW (*) de potência instalada e 11,21 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW (*) de potência instalada e 27,42 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. O aproveitamento é de 28,8 MW (*) de potência instalada distribuídos em 19 aerogeradores, com torres de 85 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. O aproveitamento é de 42 MW (*) de potência instalada distribuídos em 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.

Investimentos	Classificação	Descrição
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Geração e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguari, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais. Em 2022 entraram em operação das duas unidades geradoras ampliando a potência instalada da usina para 30 MW (*).
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste")	Controlada	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.

*Informações não auditadas pelos auditores independentes.

- (1) Em 23 de junho de 2022, a Light S.A concluiu a alienação de suas participações societárias em Guanhães Energia e Paracambi (antiga Lightger) para a Brasal Energia S.A.. A operação consistiu na venda para a Brasal Energia S.A. da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Paracambi (antiga Lightger) e da Guanhães. Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A..".
- (2) Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de março de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 29 e 30, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas de créditos esperadas;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 12 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 13 – Ativos de contrato
- Nota 14 – Investimentos;
- Nota 15 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 16 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 17 – Arrendamentos;
- Nota 22 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 23 – Provisões;
- Nota 25 – Fornecimento não faturado de energia elétrica; e
- Nota 29 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 - Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2024
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
IAS 01/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements (realização de julgamentos de materialidade)	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11/ IFRS 4 – Contratos de Seguros, CPC 23/ IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1)/ IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49/ IAS 26 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1)/ IAS 34 – Demonstração Intermediárias, CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1)/ IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7 Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados (DRE)

Em 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Tais reclassificações não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A participação direta da Companhia é como segue:

Sociedades controladas	31/12/2022 e 31/12/2021	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	Consolidação	100
Cemig Geração Três Marias S.A. ("Cemig Geração Três Marias") (1)	Consolidação	100
Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Cemig Geração Salto Grande") (1)	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Consolidação	100
Rosal Energia S.A. ("Rosal Energia")	Consolidação	100
Cemig PCH S.A. (Cemig PCH)	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("ESCEE")	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	Consolidação	100
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru")	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	Consolidação	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Centroeste")	Consolidação	100

(1) Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO			
Usinas hidrelétricas			
Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação) (1) (2) (7) (11)	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1) (2) (7)	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia (1) (12)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1) (7)	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1) (7)	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (1) (7) (12)	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (1) (7) (9)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	05/2052
São Bernardo (1) (7) (12)	Cemig GT	02/2013	06/2027
Rosal (1) (7)	Rosal Energia	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (6)			05/2027
Salto Voltão (1) (6) (12)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	06/2033
Salto Paraopeba (1) (8) (12)			10/2030
Salto do Passo Velho (1) (6) (12)			03/2031
Pai Joaquim (1) (7)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1) (7) (10)	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Três Marias (3) (7)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2053
Salto Grande (3) (7)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2053
Itutinga (3) (7)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (3) (7)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (3) (7)			04/2047
Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3) (7)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2053
Dona Rita (3) (7)			07/2050
Ervália e Neblina (3) (7)			04/2047
Peti (3) (7)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2053
Sinceridade (3) (7)			03/2047
Tronqueiras (3) (7)			12/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3) (7)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2053
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Centroeste	004/2005	03/2035

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo o seu energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração de usinas controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização dessas usinas, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).
- Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas para constar a nova data de vigência da outorga.
- Usina elegível à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) e que, por possuir outorga por meio de resolução autorizativa, aguarda a reformulação desse ato para constar a nova data.
- Em 29 de setembro de 2022 e em 1º de outubro de 2022, a Aneel autorizou o início da operação comercial das Unidades Geradoras “UG-01” e “UG-02”, respectivamente, sendo ambas da PCH Poço Fundo. A entrada em operação comercial da UG’s ocorreu com uma antecedência de cerca de 3 meses em relação ao prazo de suprimento estabelecido no Leilão A-4 realizado pela Aneel em junho de 2018, quando foi comercializada a energia incremental decorrente da ampliação da PCH Poço Fundo (9,16 MW para 30,00 MW e da garantia física de 5,79 MW médios para 16,59 MW médios).
- Em fevereiro de 2023, a Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho. A Companhia reitera que essa manifestação de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação do Contrato de Concessão nº 01/2004, por até 30 anos, a critério do poder concedente, após a requerida realização do processo de transferência de controle acionário, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

- (11) Em 17 de março de 2023, foi publicado Despacho Aneel nº 738 registrando a alteração da denominação da UHE Emborcação para UHE Theodomiro Carneiro Santiago.
- (12) Em 17 de março de 2023, foi publicado o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48,2 milhões, com previsão de realização do leilão em 10 de agosto de 2023. Mais detalhes na nota explicativa nº 34.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração, conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2022	Valor presente em 2022	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé (1) (3)	49.380	21.615	03/2006 a 09/2037	IGPM
Queimado (Consórcio) (2) (3)	11.093	5.662	01/2004 a 06/2034	IGPM

- (1) Em outubro de 2022, por meio do 4º aditivo ao Contrato de Concessão nº 014/2000, houve a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Irapé, nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255 de 5 de julho de 2022 e da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021;
- (2) Em outubro de 2022, por meio do 3º aditivo Contrato de Concessão nº 006/1997, houve a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Queimado, nos termos da Resolução Autorizativa nº 11.998 de 7 de julho de 2022 e da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021;
- (3) No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5 MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2022, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2022	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	3.216	3.339	3.146
Queimado (Consórcio)	82,50	915	965	909

A taxa utilizada pela Companhia e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

As informações por segmentos são elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração:** compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas;
- **Transmissão:** compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia;
- **Comercialização:** compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. Conforme nota explicativa nº 25 (d), no terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Companhia para a Cemig (controladora da Companhia), mantendo a estratégia corporativa da Cemig, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes; e
- **Participações:** compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia.

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações intersegmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	2.660.858	1.180.371	5.799.446	-	9.640.675	(1.423.190)	(69.033)	8.148.452
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(330.551)	(310)	(5.497.783)	-	(5.828.644)	1.423.190	13.922	(4.391.532)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(161.715)	(134.351)	(11.563)	(32.343)	(339.972)	-	-	(339.972)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(14.628)	(10.838)	(5.692)	(2.564)	(33.722)	-	-	(33.722)
Obrigações pós-emprego	(67.166)	(41.786)	(9.575)	(12.868)	(131.395)	-	-	(131.395)
Materiais, Serviços de terceiros e Outros	(394.512)	(94.470)	(13.688)	(29.904)	(532.574)	-	55.111	(477.463)
Depreciação e amortização	(328.371)	(3)	(13)	-	(328.387)	-	-	(328.387)
Provisões (reversões) (4)	(18.353)	(3.012)	(34.122)	54.907	(580)	-	-	(580)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(290.750)	-	-	(290.750)	-	-	(290.750)
Total do custo de operação	(984.745)	(575.210)	(74.653)	(22.772)	(1.657.380)	-	55.111	(1.602.269)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.315.296)	(575.520)	(5.572.436)	(22.772)	(7.486.024)	1.423.190	69.033	(5.993.801)
Resultado de equivalência patrimonial (5)	251	-	15	519.079	519.345	-	-	519.345
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	-	-	-	6.644	6.644	-	-	6.644
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.345.813	604.851	227.025	502.951	2.680.640	-	-	2.680.640
Resultado financeiro	(149.581)	(97.434)	33.562	(263.838)	(477.291)	-	-	(477.291)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.196.232	507.417	260.587	239.113	2.203.349	-	-	2.203.349
Imposto de renda e contribuição social	(306.705)	(169.278)	(63.135)	421.225	(117.893)	-	-	(117.893)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	889.527	338.139	197.452	660.338	2.085.456	-	-	2.085.456

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.
- (4) O segmento de participações inclui perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$7.412 no investimento detido pela Companhia na controlada em conjunto Itaocara. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
- (5) O segmento de participações inclui reversão da provisão no montante de R\$161.648 referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionais. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DEZEMBRO DE 2021								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	2.921.309	1.063.484	5.957.295	-	9.942.088	(1.575.031)	(55.945)	8.311.112
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(794.537)	(29)	(5.495.452)	-	(6.290.018)	1.575.031	5.488	(4.709.499)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(148.818)	(114.625)	(20.778)	(30.479)	(314.700)	-	-	(314.700)
Participação dos empregados no resultado	(14.406)	(14.023)	(2.558)	(3.635)	(34.622)	-	-	(34.622)
Obrigações pós-emprego	(5.174)	2.769	(803)	2.844	(364)	-	-	(364)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(209.439)	(80.454)	(13.745)	(67.644)	(371.282)	-	50.457	(320.825)
Depreciação e amortização	(254.638)	(3.481)	(525)	(810)	(259.454)	-	-	(259.454)
Provisões	(19.616)	(11.427)	(14.110)	(101.782)	(146.935)	-	-	(146.935)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(183.386)	-	-	(183.386)	-	-	(183.386)
Total do custo de operação	(652.091)	(404.627)	(52.519)	(201.506)	(1.310.743)	-	50.457	(1.260.286)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.446.628)	(404.656)	(5.547.971)	(201.506)	(7.600.761)	1.575.031	55.945	(5.969.785)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	1.031.809	-	-	-	1.031.809	-	-	1.031.809
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	214.955	-	-	214.955	-	-	214.955
Resultado de equivalência patrimonial	56.181	-	-	(361.937)	(305.756)	-	-	(305.756)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	2.562.671	873.783	409.324	(563.443)	3.282.335			3.282.335
Resultado financeiro	(758.151)	(395.288)	15.056	(1.022.327)	(2.160.710)	-	-	(2.160.710)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.804.520	478.495	424.380	(1.585.770)	1.121.625			1.121.625
Imposto de renda e contribuição social	(409.269)	(75.727)	(144.810)	379.615	(250.191)	-	-	(250.191)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.395.251	402.768	279.570	(1.206.155)	871.434	-	-	871.434

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações.

Prática contábil

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Contas bancárias	5.773	5.917	3.749	3.772
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	57.079	70.251	55.662	50.846
Aplicações automáticas - Overnight (2)	227.884	44.789	132.827	29.334
Outros	2.244	2.114	2.244	2.112
	287.207	117.154	190.733	82.292
	292.980	123.071	194.482	86.064

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 97,5% a 105% em 31 de dezembro de 2022 (90% a 106,6% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (8,87% a.a. a 9,14% em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	148.466	55.290	86.537	36.211
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	884.202	779.375	515.375	510.436
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	311.663	98.108	181.659	64.254
Debêntures (4)	7.744	10.975	4.514	7.188
Outros	284	41	283	41
	1.352.359	943.789	788.368	618.130
Não circulante				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	-	191.430	-	125.373
Debêntures (4)	5.105	2.680	2.976	1.755
	5.105	194.110	2.976	127.128
	1.357.464	1.137.899	791.344	745.258

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (105,00% a 130,00% em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (TR + 1,00% a 109,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As práticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 29.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	SalDOS a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2022	2021
Industrial	15.276	323.358	15.639	161.563	34.417	550.253	330.582
Comércio, serviços e outras	419	82.982	7.492	203	9.262	100.358	96.663
Suprimento a outras concessionárias	23.497	201.126	44.866	-	112	269.601	242.026
Concessionários – transp. de energia	2.770	100.145	1.217	3.613	4.961	112.706	113.324
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	20.040	564	72.304	-	-	92.908	43.379
Perdas de créditos esperadas	-	-	(125)	(1.378)	(28.911)	(30.414)	(28.002)
	62.002	708.175	141.393	164.001	19.841	1.095.412	797.972
Ativo circulante						1.095.349	794.579
Consumidores e revendedores						982.643	681.255
Concessionários – Transp. energia						112.706	113.324
Ativo não circulante						63	3.393
Consumidores e revendedores						63	3.393

	SalDOS a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2022	2021
Industrial	1.632	288.319	15.639	160.680	29.918	496.188	281.119
Comércio, serviços e outras	419	82.982	7.492	203	9.262	100.358	96.663
Suprimento a outras concessionárias	23.497	107.802	21.689	-	96	153.084	140.802
Concessionários – transp. de energia	2.770	97.630	1.027	3.613	4.960	110.007	111.164
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	20.040	-	70.728	-	-	90.768	41.286
Perdas de créditos esperadas	-	-	(125)	(1.378)	(26.256)	(27.759)	(24.576)
	48.365	576.733	116.450	163.118	17.980	922.646	646.458
Ativo circulante						922.599	645.743
Consumidores e revendedores						812.592	534.579
Concessionários – Transp. energia						110.007	111.164
Ativo não circulante						47	715
Consumidores e revendedores						47	715

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

A provisão para perdas de créditos esperadas é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.779	18.254
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	13.497	13.413
Baixa	(20.274)	(7.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.002	24.576
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	531	1.302
Reversão	1.881	1.881
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.414	27.759

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato, quando da existência de componente de financiamento significativo. Os valores lançados em contrapartida ao ativo de contrato são transferidos para o ativo financeiro (Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia), enquadrando-se no escopo do pronunciamento CPC 48/ IFRS 9, após o aviso de crédito emitido mensalmente pelo ONS, autorizando o faturamento da Receita Anual Permitida – RAP. Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
ICMS a recuperar	10.037	6.419	9.271	5.513
Cofins (a) (b)	18.936	5.975	195	3.510
PIS/Pasep (a) (b)	4.032	1.526	23	947
INSS	18.764	17.145	18.764	17.145
Outros	127	809	122	806
	51.896	31.874	28.375	27.921
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	29.754	28.551	28.545	27.614
Cofins (a)	14.402	35.265	-	-
PIS/Pasep (a)	3.124	7.730	-	-
	47.280	71.546	28.545	27.614
	99.176	103.420	56.920	55.535

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos, compensados com tributos federais até o exercício de 2021.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Poço Fundo e Horizontes Energia. Os créditos dessas empresas foram habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB) em setembro de 2022, já sendo iniciada a compensação com tributos federais devidos. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a compensar registrado nessas empresas representa o montante de R\$19.563, no ativo circulante.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia para as ações que transitaram em julgado.

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, as subsidiárias integrais do Lote D, reconheceram, em 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$8.935.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Imposto de renda	546.961	503.437	544.657	501.836
Contribuição social	227.688	149.078	227.907	148.687
	774.649	652.515	772.564	650.523

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	79.909	116.340
Contribuição social	29.972	41.104
	109.881	157.444

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 23.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
ATIVO				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	209.041	218.104	209.041	218.104
Obrigações pós-emprego	387.576	414.995	387.576	414.995
Perdas de créditos esperadas	10.006	8.924	9.438	8.356
Provisões para contingências	111.081	120.289	111.077	120.234
Provisão opção de venda (put SAAG)	228.621	216.339	228.621	216.339
Provisão para perdas em investimentos	56.398	244.132	56.398	244.132
Outras provisões	48.620	48.923	48.620	48.923
Concessão onerosa	11.579	11.274	11.579	11.274
Outros	24.256	21.369	17.387	15.190
	1.087.178	1.304.349	1.079.737	1.297.547
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(155.882)	(219.067)	(139.706)	(201.878)
Atualização ativo de contrato	(940.026)	(895.223)	(936.629)	(891.654)
Valor justo de participações societárias	(121.036)	(129.641)	(121.036)	(129.641)
Instrumentos financeiros derivativos	(209.600)	(412.436)	(208.151)	(412.436)
Ressarcimento de custos - GSF	(274.036)	(319.210)	(213.008)	(253.901)
Outros	(32.966)	(7.669)	(18.841)	(1.625)
	(1.733.546)	(1.983.246)	(1.637.371)	(1.891.135)
Total líquido	(646.368)	(678.897)	(557.634)	(593.588)
Total do passivo	(646.368)	(678.897)	(557.634)	(593.588)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(762.591)	(754.603)
Efeitos alocados ao resultado	113.809	185.515
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(24.500)	(24.500)
Tributos diferidos recebidos em reestruturação societária	(3.809)	-
Outros	(1.806)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(678.897)	(593.588)
Efeitos alocados ao resultado	81.391	84.701
Efeitos alocados resultado abrangente	(48.747)	(48.747)
Outros	(115)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(646.368)	(557.634)

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2022, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2023	252.515	250.996
2024	233.472	231.991
2025	133.506	132.025
2026	133.506	132.025
2027 a 2029	213.776	212.295
2030 a 2032	120.403	120.405
	1.087.178	1.079.737

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.203.349	1.121.625	2.009.276	831.002
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(749.139)	(381.353)	(683.154)	(282.541)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	47.350	99.097	-	99.097
Incentivos fiscais	14.903	12.420	10.903	7.961
Resultado de equivalência patrimonial	127.260	(116.368)	401.963	220.135
Multas indedutíveis	(4.260)	(1.714)	(4.260)	(1.714)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	96.550	141.504	-	-
Realização de ágio - Renova	108.416	-	108.416	-
PECLD com partes relacionadas - Renova	233.931	-	233.931	-
Outros	7.096	(3.777)	8.381	(2.506)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(117.893)	(250.191)	76.180	40.432
Imposto de renda e contribuição social corrente	(199.284)	(364.000)	(8.521)	(145.083)
Imposto de renda e contribuição social diferido	81.391	113.809	84.701	185.515
	(117.893)	(250.191)	76.180	40.432
Alíquota efetiva	5,35%	22,31%	(3,79%)	(4,87%)

Prática contábil

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

Subvenções governamentais

A Companhia possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 24.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas	24.115	24.153	23.453	23.502
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	18.762	17.760	17.446	16.444
PIS/Pasep e Cofins (1)	3.475	6.343	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	71.988	68.399	71.988	68.399
IPU	15.265	13.272	15.263	13.270
CSLL (3)	19.706	18.062	19.706	18.062
Outros	7.373	4.615	6.695	4.010
	136.569	128.451	131.098	120.185
Outros				
Bloqueio judicial	1.790	929	1.757	896
Regulatórios	4.903	3.279	4.903	3.279
Outros	7.084	5.008	6.972	4.897
	13.777	9.216	13.632	9.072
	174.461	161.820	168.183	152.759

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
 (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do anuênio).
 (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Geração - Indenização a receber (12.1)	691.460	816.202	691.460	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (12.2)	2.950.415	2.792.201	-	-
	3.641.875	3.608.403	691.460	816.202
Circulante	309.347	283.233	-	-
Não circulante	3.332.528	3.325.170	691.460	816.202

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.365.400	816.202
Atualização financeira	523.105	-
Recebimentos	(280.102)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.608.403	816.202
Atualização financeira	513.885	47.028
Recebimentos	(308.643)	-
Ajuste a valor justo	(171.770)	(171.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.641.875	691.460

12.1 Geração - Indenização a receber

Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico ao término da concessão	Saldo líquido dos ativos avaliado a VNR ReN nº 1.027/2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022
Lote D						
UHE Três Marias	jul-15	396,00	71.029	166.903	12.180	179.083
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	11.514	85.625	6.249	91.874
UHE Itutinga	jul-15	52,00	4.408	10.089	736	10.825
UHE Camargos	jul-15	46,00	7.278	19.611	1.431	21.042
PCH Piaú	jul-15	18,01	1.622	4.376	319	4.695
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	1.371	5.247	383	5.630
PCH Peti	jul-15	9,40	1.330	6.056	442	6.498
PCH Dona Rita	set-13	2,41	600	1.569	114	1.683
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	2.373	8.510	553	9.063
PCH Joasal	jul-15	8,40	1.572	6.269	458	6.727
PCH Martins	jul-15	7,70	2.273	4.451	325	4.776
PCH Cajuru	jul-15	7,20	3.558	18.862	1.376	20.238
PCH Paciência	jul-15	4,08	871	4.146	303	4.449
PCH Marmelos	jul-15	4,00	694	2.409	176	2.585
Outras						
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	235	361	26	387
UHE Miranda	dez-16	408,00	34.697	90.862	6.631	97.493
UHE Jaguará	ago-13	424,00	45.706	137.673	10.115	147.788
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	27.082	71.413	5.211	76.624
		3.601,70	218.213	644.432	47.028	691.460

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. O saldo de R\$691.460 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

12.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	253.627	(165.832)	1.671.515
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	79.921	(52.297)	524.778
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	33.214	(22.235)	197.983
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	24.759	(16.553)	148.407
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	34.349	(23.290)	194.694
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	25.512	(17.685)	133.014
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	15.475	(10.751)	80.024
		2.792.201	466.857	(308.643)	2.950.415

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2020	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2021
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.447.210	287.009	(150.499)	1.583.720
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	454.256	90.360	(47.462)	497.154
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	170.460	36.723	(20.179)	187.004
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	127.814	27.409	(15.022)	140.201
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	167.206	37.565	(21.136)	183.635
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	113.807	27.429	(16.049)	125.187
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	68.445	16.610	(9.755)	75.300
		2.549.198	523.105	(280.102)	2.792.201

Prática contábil

Atividade de transmissão - Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013 - Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 13.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de dispositivo legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão. Mais informações na nota explicativa nº 16.

Redução ao valor recuperável - Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

13. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.927.040	2.011.576	1.927.040	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.717.187	2.265.406	2.606.909	2.149.524
	4.644.227	4.276.982	4.533.949	4.161.100
Circulante	720.032	592.337	691.153	565.659
Não circulante	3.924.195	3.684.645	3.842.796	3.595.441

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.634.702	3.634.702
Incorporação Contrato de Concessão – 004/05	117.252	-
Adições	251.973	251.973
Atualização financeira	630.900	627.912
Resultado Recurso RTP e Reperfilamento	236.627	236.627
Recebimentos	(594.472)	(590.114)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.276.982	4.161.100
Adições	407.193	407.193
Atualização financeira	561.044	538.988
Recebimentos	(600.992)	(573.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.644.227	4.533.949

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	408.395	317.692	408.395	317.692
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	236.073	209.185	236.073	209.185
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	46.685	38.782	46.685	38.782
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	28.879	26.678	-	-
	720.032	592.337	691.153	565.659
Não circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.518.645	1.693.884	1.518.645	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	2.181.638	1.749.699	2.181.638	1.749.699
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	142.513	151.858	142.513	151.858
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	81.399	89.204	-	-
	3.924.195	3.684.645	3.842.796	3.595.441
	4.644.227	4.276.982	4.533.949	4.161.100

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 4 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Prática contábil

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 12.

14. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Coligadas				
Madeira Energia S.A. ("MESA") (1) (7)	9.500	-	9.500	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (1) (7)	7.760	-	7.760	-
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	47.096	59.014	47.096	59.013
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	182.579	125.172	182.579	125.172
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	46.744	46.722	46.744	46.722
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi") (antiga Lightger) (5)	60.438	47.787	60.438	47.787
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	160.324	168.429	160.324	168.429
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (2)	575.745	609.154	575.745	609.154
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (2)	885.529	932.600	885.529	932.600
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	1.193.841	1.140.930	1.193.841	1.140.930
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo")	185.495	200.385	185.495	200.385
Controladas				
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	67	88
Cemig Geração Três Marias S.A. (6)	-	-	1.727.594	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande S.A. (6)	-	-	562.308	526.776
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	231.057	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	182.960	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	251.765	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	167.959	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	125.521	105.990
Rosal Energia S.A.	-	-	123.305	114.751
Sá Carvalho S.A.	-	-	138.259	134.209
Horizontes Energia S.A.	-	-	60.535	59.575
Cemig PCH S.A.	-	-	98.917	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	171.954	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	11.004	7.734
Cemig Trading S.A.	-	-	5.639	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	203.107	177.707
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	308.603	273.988
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	120.173	122.079
Total do investimento	3.355.051	3.330.193	7.845.778	7.481.708
Itaocara – Passivo a descoberto (3)	-	(20.767)	-	(20.767)
Madeira Energia S.A. ("MESA") - Provisões para perdas (4)	-	(161.648)	-	(161.648)
Total	3.355.051	3.147.778	7.845.778	7.299.293

- (1) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (3) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e a outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de 100% do seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.
- (4) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (5) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A."
- (6) Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.
- (7) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes na nota explicativa nº 34.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de seus investimentos, em conformidade ao previsto no CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Exceto pelo reconhecimento de perda no investimento detido na controlada em conjunto Itaocara, foi constatado que o valor contábil líquido dos demais investimentos é recuperável.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$44.625 (R\$49.241 em 31 de dezembro de 2021) e R\$60.429 (R\$67.205 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 16.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Baixa (1)	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Retiro Baixo	29.186	(1.390)	-	27.796	(1.389)	26.407
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	16.526	(738)	(15.788)	-	-	-
Aliança Geração	326.915	(25.310)	-	301.605	(25.309)	276.296
Aliança Norte	48.632	(1.972)	-	46.660	(1.972)	44.688
	421.259	(29.410)	(15.788)	376.061	(28.670)	347.391

(1) Redução a zero do saldo do investimento da Companhia na Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Baixa (1)	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Retiro Baixo	29.186	(1.390)	-	27.796	(1.389)	26.407
Parajuru	53.858	(4.617)	-	49.241	(4.616)	44.625
Volta do Rio	73.983	(6.778)	-	67.205	(6.775)	60.430
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	16.526	(738)	(15.788)	-	-	-
Aliança Geração	326.915	(25.310)	-	301.605	(25.309)	276.296
Aliança Norte	48.632	(1.972)	-	46.660	(1.972)	44.688
	549.100	(40.805)	(15.788)	492.507	(40.061)	452.446

(1) Redução a zero do saldo do investimento da Companhia na Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

c) **Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.014	15.470	-	(27.388)	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.360	-	(16.338)	-	46.744
MESA (usina Santo Antônio)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Baguari Energia	168.429	21.413	-	(29.518)	-	160.324
Paracambi (antiga Lightger) (4)	47.787	19.291	-	(6.640)	-	60.438
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(47.178)	107	-	-	885.529
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(33.793)	384	-	-	575.745
Aliança Geração (3)	1.140.930	104.054	-	(47.875)	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	-	(38.203)	-	185.495
Itaocara (5)	-	(3.016)	10.428	-	(7.412)	-
Total do investimento	3.330.193	351.224	10.919	(165.962)	(171.323)	3.355.051
Itaocara – Passivo a descoberto (5)	(20.767)	6.473	14.294	-	-	-
MESA - Provisão para perdas (2)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	3.147.778	519.345	25.213	(165.962)	(171.323)	3.355.051

- Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu um recebível no montante de R\$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
- Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para “Paracambi Energética S.A.”.
- A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes	Perdas em investimentos	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	14.130	-	-	(8.331)	59.014
Guanhães Energia	131.391	(6.219)	-	-	-	125.172
Hidrelétrica Pipoca	35.552	11.170	-	-	-	46.722
Madeira Energia (usina Santo Antônio) (1)	209.374	(209.374)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	157.476	(157.476)	-	-	-	-
Baguari Energia	159.029	31.071	-	-	(21.671)	168.429
Lightger	51.805	7.966	-	-	(11.984)	47.787
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(32.730)	75	-	-	932.600
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(22.073)	-	-	-	609.154
Aliança Geração	1.166.240	199.586	-	-	(224.896)	1.140.930
Retiro Baixo	195.235	12.352	-	-	(7.202)	200.385
Total do investimento	3.755.799	(151.597)	75	-	(274.084)	3.330.193
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto (2)	(29.615)	7.489	41.430	(40.071)	-	(20.767)
Madeira Energia - Provisão para perdas (1)	-	(161.648)	-	-	-	(161.648)
Total	3.726.184	(305.756)	41.505	(40.071)	(274.084)	3.147.778

- Em dezembro de 2021, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento detido na Madeira Energia S.A. e reconheceu um passivo correspondente a sua participação nesta investida, em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, deferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em “outras despesas” no resultado da Companhia. Adicionalmente, foi realizado aporte no montante de R\$1.359 para cobertura de despesas previstas no orçamento de 2021 da investida.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	15.470	-	(27.387)	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.360	-	(16.338)	-	46.744
MESA (usina de Santo Antônio)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Baguari Energia	168.429	21.413	-	(29.518)	-	160.324
Central Eólica Praias Parajuru	177.707	30.354	-	(4.954)	-	203.107
Central Eólica Volta do Rio	273.988	34.615	-	-	-	308.603
Paracambi (antiga Lightger) (6)	47.787	19.291	-	(6.640)	-	60.438
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(47.178)	107	-	-	885.529
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(33.793)	384	-	-	575.745
Aliança Geração (2) (5)	1.140.930	104.054	-	(47.875)	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	-	(38.203)	-	185.495
Itaocara (7)	-	(3.016)	10.428	-	(7.412)	-
Cemig Baguari Energia S.A.	88	(21)	-	-	-	67
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.652.343	289.770	-	(214.519)	-	1.727.594
Cemig Geração Salto Grande S.A.	526.776	95.467	-	(59.935)	-	562.308
Cemig Geração Itutinga S.A.	211.956	45.101	-	(26.000)	-	231.057
Cemig Geração Camargos S.A.	165.369	44.591	-	(27.000)	-	182.960
Cemig Geração Sul S.A.	214.845	40.920	-	(4.000)	-	251.765
Cemig Geração Leste S.A.	147.702	39.588	-	(19.331)	-	167.959
Cemig Geração Oeste S.A.	105.990	19.531	-	-	-	125.521
Rosal Energia S.A.	114.751	23.805	-	(15.251)	-	123.305
Sá Carvalho S.A.	134.209	61.505	-	(57.455)	-	138.259
Horizontes Energia S.A.	59.575	13.426	-	(12.466)	-	60.535
Cemig PCH S.A.	90.117	22.030	-	(13.230)	-	98.917
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	144.129	10.465	20.000	(2.640)	-	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	7.734	3.270	-	-	-	11.004
Cemig Trading S.A.	2.158	3.960	-	(479)	-	5.639
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	122.079	18.450	-	(20.356)	-	120.173
Total do Investimento	7.481.708	1.148.051	30.919	(643.577)	(171.323)	7.845.778
Itaocara – Passivo a descoberto (7)	(20.767)	6.473	14.294	-	-	-
MESA - Provisão para perdas (4)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	7.299.293	1.316.172	45.213	(643.577)	(171.323)	7.845.778

- Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu um recebível no montante de R\$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Em 24 de março de 2022 foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de Dividendos a pagar para a Reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiras.
- No segundo trimestre de 2022, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$20.000.
- Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
- Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para “Paracambi Energética S.A.”.
- A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes	Reestruturação societária	Perdas em investimentos	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	14.129	-	-	-	(8.331)	59.013
Guanhães Energia	131.391	(6.219)	-	-	-	-	125.172
Hidrelétrica Pipoca	35.552	11.170	-	-	-	-	46.722
Madeira Energia (usina de Santo Antônio) (3)	209.374	(209.374)	-	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (3)	157.476	(157.476)	-	-	-	-	-
Baguari Energia	159.029	31.071	-	-	-	(21.671)	168.429
Central Eólica Praias Parajuru	161.061	18.959	-	-	-	(2.313)	177.707
Central Eólica Volta do Rio	245.436	28.552	-	-	-	-	273.988
Lightger	51.805	7.966	-	-	-	(11.984)	47.787
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(32.730)	75	-	-	-	932.600
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(22.073)	-	-	-	-	609.154
Aliança Geração	1.166.240	199.586	-	-	-	(224.896)	1.140.930
Retiro Baixo	195.235	12.352	-	-	-	(7.202)	200.385
Cemig Baguari	55	(17)	50	-	-	-	88
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.452.217	318.791	-	-	-	(118.665)	1.652.343
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	455.480	106.881	-	-	-	(35.585)	526.776
Cemig Ger. Itutinga S.A.	179.745	60.397	-	-	-	(28.186)	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	143.704	51.136	-	-	-	(29.471)	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	174.005	55.604	-	-	-	(14.764)	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	127.128	40.696	-	-	-	(20.122)	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	83.870	22.120	-	-	-	-	105.990
Rosal Energia S.A.	127.020	26.056	-	-	-	(38.325)	114.751
Sá Carvalho S.A.	115.486	59.676	-	-	-	(40.953)	134.209
Horizontes Energia S.A.	55.461	18.532	-	-	-	(14.418)	59.575
Cemig PCH S.A.	89.898	30.857	-	-	-	(30.638)	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1)	3.801	2.645	137.683	-	-	-	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	56.838	132.150	-	-	-	(181.254)	7.734
Cemig Trading S.A.	30.315	958	-	-	-	(29.115)	2.158
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (2)	-	2.393	-	123.724	-	(4.038)	122.079
Total do Investimento	7.257.319	824.788	137.808	123.724	-	(861.931)	7.481.708
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto (4)	(29.615)	7.489	41.430	-	(40.071)	-	(20.767)
Madeira Energia - Provisão para perdas (3)	-	(161.648)	-	-	-	-	(161.648)
Total	7.227.704	670.629	179.238	123.724	(40.071)	(861.931)	7.299.293

- A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie. A transferência dos ativos vinculados à Poço Fundo no montante de R\$77.483 não envolveu caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. No 4º trimestre de 2021 a Companhia realizou novo aporte nesta investida, no montante de R\$40.000, em espécie.
- Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Em dezembro de 2021, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento detido na Madeira Energia S.A. e reconheceu um passivo correspondente a sua participação nesta investida, em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em "outras despesas" no resultado da Companhia. Adicionalmente, foi realizado aporte no montante de R\$1.359 para cobertura de despesas previstas no orçamento de 2021 da investida.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	232.098	117.110	280.204	117.404
Proposta de dividendos feitos pelas investidas	165.962	274.084	643.577	861.931
Recebimentos	(257.810)	(159.096)	(664.675)	(699.131)
Saldo final	140.250	232.098	259.106	280.204

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
MESA	24.796.536.323	7,53	12.202.337	229.341	15,51	10.619.786	1.492.037
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	96.114	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (2)	548.626.000	49,00	548.626	372.610	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	95.395	49,00	41.360	93.390
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	238.836	69,39	186.573	242.736
Paracambi (antiga Lightger) (2) (3)	79.078.937	49,00	79.232	123.342	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.949.320.044	49,00	1.209.750	1.083.789	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (Usina Belo Monte)							
(1)	1.322.897.723	74,50	1.323.042	1.188.630	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.038.988	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	318.815	49,90	225.350	345.868
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	206.712	15.126	49,00	156.259	(42.381)
Controladas							
Cemig Baguari Energia S.A.	406.000	100,00	406	67	100,00	406	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.727.594	100,00	1.291.423	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	562.308	100,00	405.268	526.776
Cemig Geração Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	231.057	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	182.960	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	251.765	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	167.959	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	125.521	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	123.305	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	138.259	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	60.535	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	98.917	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	139.084.745	100,00	139.185	171.954	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	11.004	100,00	486	7.734
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	5.639	100,00	1.000	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	85.834.843	100,00	85.835	158.482	100,00	85.835	128.466
Central Eólica Volta do Rio S.A.	274.867.441	100,00	274.867	248.173	100,00	274.867	206.783
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	120.173	100,00	28.000	122.079

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- (2) Em 23 de junho de 2022, a Light concluiu a alienação de suas participações societárias em Guanhães Energia e Paracambi (antiga Lightger) para a Basal Energia S.A.. A operação consistiu na venda para a Basal Energia S.A. da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Paracambi (antiga Lightger) e da Guanhães Energia.
- (3) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A.".

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são como segue:

2022	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Paracambi
Ativo						
Circulante	15.485	83.027	132.307	1.818.829	19.753	62.992
Caixa e equivalentes de caixa	10.932	10.471	3.118	923.599	14.406	59.516
Não circulante	90.105	205.105	375.482	20.953.217	98.614	109.681
Total do ativo	105.590	288.132	507.789	22.772.046	118.367	172.673
Passivo						
Circulante	8.821	24.970	38.127	2.570.839	15.782	11.242
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.782	655.361	6.613	8.623
Não circulante	655	24.326	97.052	19.971.866	7.190	38.089
Empréstimos e financiamentos	-	-	79.587	13.546.024	7.070	38.089
Patrimônio líquido	96.114	238.836	372.610	229.341	95.395	123.342
Total do passivo e patrimônio líquido	105.590	288.132	507.789	22.772.046	118.367	172.673
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	42.556	81.279	56.864	4.137.130	44.807	62.385
Custos operacionais	(12.134)	(28.504)	(45.247)	(3.451.054)	(9.424)	(17.258)
Depreciação e amortização	(3.485)	(10.487)	(16.012)	-	(4.350)	(11.783)
Lucro bruto	30.422	52.775	11.617	686.076	35.383	45.127
Despesas gerais e administrativas	-	(122)	-	(149.579)	(1.184)	(2.096)
Receitas financeiras	3.901	9.495	89.794	361.215	3.069	5.856
Despesas financeiras	(27)	(3.640)	(10.633)	(3.520.551)	(1.463)	(4.324)
Resultado operacional	34.296	58.508	90.778	(2.622.839)	35.805	44.563
Imposto de renda e contribuição social	(2.725)	(19.869)	(32.062)	(222.408)	(2.451)	(3.984)
Resultado líquido do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579
Resultado abrangente do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579

2022	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	146	63.163	871.025	264	3.695
Caixa e equivalentes de caixa	146	49.213	448.561	261	3.584
Não circulante	1.190.554	337.170	3.320.769	1.091.377	11.709
Total do ativo	1.190.700	400.333	4.191.794	1.091.641	15.404
Passivo					
Circulante	1.581	36.957	664.162	39	278
Empréstimos e financiamentos	-	13.812	134.435	-	-
Não circulante	489	44.561	1.488.644	7.813	-
Empréstimos e financiamentos	-	27.601	710.257	-	-
Patrimônio líquido	1.188.630	318.815	2.038.988	1.083.789	15.126
Total do passivo e patrimônio líquido	1.190.700	400.333	4.191.794	1.091.641	15.404
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	77.283	1.109.022	-	-
Custos operacionais	(77)	(3.512)	(608.497)	-	(253)
Depreciação e amortização	-	(8.898)	(124.004)	-	-
Lucro bruto	(77)	73.771	500.525	-	(253)
Despesas gerais e administrativas	-	(3.645)	(42.854)	(64.959)	-
Receitas financeiras	-	9.781	61.101	20	431
Despesas financeiras	(2)	(4.844)	(109.271)	(3)	(6.676)
Resultado operacional	(79)	75.063	409.501	(64.942)	(6.498)
Resultado de equivalência patrimonial	(63.246)	-	10.986	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(25.559)	(139.078)	-	-
Resultado líquido do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)
Resultado abrangente do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)

2021	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Paracambi
Ativo						
Circulante	29.407	71.753	15.605	927.739	17.532	35.465
Caixa e equivalentes de caixa	25.397	3.245	5.205	179.644	11.968	29.382
Não circulante	92.761	218.200	391.787	23.286.096	101.264	119.645
Total do ativo	122.168	289.953	407.392	24.213.835	118.796	155.110
Passivo						
Circulante	867	21.346	41.255	2.309.383	9.551	11.375
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.951	116.120	6.543	8.573
Não circulante	865	25.870	110.684	20.412.415	13.860	46.210
Empréstimos e financiamentos	-	-	92.680	12.827.607	13.497	46.211
Patrimônio líquido	120.436	242.737	255.453	1.492.037	95.385	97.525
Total do passivo e patrimônio líquido	122.168	289.953	407.392	24.213.835	118.796	155.110
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	37.282	76.527	51.536	3.757.969	38.739	54.232
Custos operacionais	(8.002)	(9.041)	(54.595)	(2.291.671)	(11.356)	(25.917)
Depreciação	(3.088)	(11.094)	(18.009)	(869.997)	(3.205)	(10.587)
Lucro bruto	29.280	67.486	(3.059)	1.466.298	27.383	28.315
Despesas gerais e administrativas	-	(78)	-	(80.547)	(1.978)	(1.645)
Receita financeira	1.271	3.978	473	265.048	346	2.433
Despesa financeira	(10)	(3.577)	(8.445)	(3.475.505)	(1.712)	(11.073)
Resultado operacional	30.541	67.809	(11.031)	(1.824.706)	24.039	18.030
Imposto de renda e contribuição social	(1.707)	(23.031)	(1.660)	1.812.320	(1.142)	(2.554)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476
Resultado abrangente do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476

2021	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	101	111.093	727.760	97	4.618
Caixa e equivalentes de caixa	101	98.593	378.108	88	4.513
Não circulante	1.253.799	321.788	3.364.245	1.149.638	11.292
Total do ativo	1.253.900	432.881	4.092.005	1.149.735	15.910
Passivo					
Circulante	2.090	37.780	761.742	234	58.291
Empréstimos e financiamentos	-	13.705	101.316	-	-
Não circulante	-	49.234	1.472.358	1.554	-
Empréstimos e financiamentos	-	41.086	700.351	-	-
Patrimônio líquido (negativo)	1.251.810	345.867	1.857.905	1.147.947	(42.381)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.253.900	432.881	4.092.005	1.149.735	15.910
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	70.221	1.095.636	-	-
Custos operacionais	(1.647)	(25.532)	(101.761)	(481)	(36.070)
Depreciação	-	(8.848)	(156.802)	-	-
Lucro bruto	(1.647)	44.689	993.875	(481)	(36.070)
Despesas gerais e administrativas	-	(2.854)	(44.315)	(1.584)	-
Receita financeira	-	4.332	41.720	8	133
Despesa financeira	(1)	(4.777)	(233.424)	(7)	(30.556)
Resultado operacional	(1.648)	41.390	757.856	(2.064)	(66.493)
Resultado de equivalência patrimonial	(42.286)	-	-	(38.953)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(13.775)	(252.020)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)
Resultado abrangente do exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Companhia possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAE”), que tem por objetivo a construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, pelo prazo originalmente previsto de 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 13 de junho de 2008, sendo prorrogado por mais 4 anos, em função de compensações pelos custos incorridos com o GSF, nos termos da Lei 14.052/2020. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial em março de 2012 e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Novonor - em recuperação judicial (antiga Odebrecht Energia), FIP Amazônia (FI-FGTS e Novonor), SAAG e a Companhia. Além de sua participação direta, a Companhia possui participação acionária indireta na MESA, por meio da SAAG.

Em 31 de dezembro de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, no montante de R\$752.010. Destaca-se que no segundo trimestre de 2022 houve entrada de caixa de R\$1.583.098, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada para este fim em 29 de abril de 2022. Esse recurso foi utilizado no terceiro trimestre de 2022, quase na integralidade, para pagamento dos acordos decorrentes da conclusão de processos de arbitragem envolvendo o consórcio construtor e outras partes, mencionado em mais detalhes a seguir. Quanto à baixa liquidez de curto prazo, deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, a MESA também vem adotando ações direcionadas à readequação de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, melhoria da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Diluição de participação societária da Cemig GT na MESA

Em 7 de junho de 2022, a acionista Furnas subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$1.582.552, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,06% para 72,36%, diluindo a participação societária total detida pela Cemig GT, de 15,51% para 7,53%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito no item subsequente desta nota explicativa.

Em 7 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção de seu controle societário por Furnas. Na referida AGE também foi deliberada a nova composição do Conselho de Administração da SAE e da MESA. O número de Conselheiros foi mantido (11 titulares), mas Furnas, que indicava três membros titulares e seus suplentes, passou a indicar sete. Ficou assegurado o direito da Companhia e SAAG indicarem em conjunto um membro titular e respectivo suplente. Os acionistas Novonor e FIP Amazônia também tiveram o direito de indicar em conjunto um membro titular e um suplente para o Conselho de Administração. As outras duas posições foram mantidas com Conselheiros Independentes. Assim, mesmo com o Distrato do Acordo de Acionistas, não houve desqualificação da influência significativa da Companhia sobre a investida.

Com o aumento de capital mencionado, a investida passou a apresentar patrimônio líquido positivo, não existindo mais as condições que levaram ao reconhecimento pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021, da provisão sobre o passivo a descoberto. Por conseguinte, a Companhia reverteu a referida provisão.

Em decorrência das alterações nas participações societárias na MESA motivadas pelo aumento de capital supracitado, foram assinados, em novembro de 2022, os aditivos aos instrumentos de financiamento da SAE, de forma a equacionar as garantias dadas pelos acionistas e seus grupos econômicos, tornando-as proporcionais às novas participações acionárias.

Procedimento Arbitral CCI-21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAE), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de compra de energia pela SAE, devidos ao não cumprimento do cronograma de antecipação da obra.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 7 de fevereiro de 2022, indica que os principais pedidos da SAE foram indeferidos, assim como os principais pedidos do CCSA foram deferidos e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAE, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento pelas Partes dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAE, sobre o qual se lastreava o pedido de ressarcimento dos custos da compra de energia realizada pela SAE em função do não cumprimento, pelo CCSA, do cronograma de antecipação.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, já provisionados em suas demonstrações financeiras sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com obrigação adicional estimada em R\$226 milhões.

Em 30 de junho de 2022, a SAE, em petição conjunta com o Grupo Industrial Complexo Rio Madeira – GICOM, requereu a extinção da Ação de Cumprimento de Sentença proposta pelo GICOM, que tratava de uma parcela do valor definido em sentença arbitral, em razão da realização de uma composição amigável entre as partes. Com o acordo, foi extinta a ação em que o GICOM pleiteava R\$645 milhões.

Em 4 de agosto de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre SAE e Grupo Civil, parte do CCSA, composto pelas empresas CNO S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Novonor Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, visando o encerramento definitivo do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA.

Concomitantemente à assinatura do acordo, as Partes assinaram e protocolaram, em 4 de agosto de 2022, petição conjunta para o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL, em relação ao valor cobrado de R\$962 milhões, que se tratava do valor remanescente definido em sentença arbitral. Em 3 de outubro de 2022 a SAE pagou a última parcela do acordo celebrado com o Grupo Civil (“GCIVIL”) no montante de R\$202.945, determinando o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, as eventuais obrigações da SAE relativas à condenação nos procedimentos arbitrais devem ser pagas conforme determinações dos respectivos contratos de financiamentos.

Assim, o aumento de capital social subscrito e integralizado em 7 de junho de 2022, conforme descrito acima, no valor de R\$1.582.551 foi destinado a saldar débitos decorrentes da sentença arbitral CCI-21.511/ASM/JPA, sendo utilizado para pagamento dos valores referentes aos acordos firmados com o GICOM e com o GCIVIL.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecusto na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia reconheceu um recebível, no montante de R\$160.643 em contrapartida ao resultado do exercício de 2022. Adicionalmente, a provisão para a PUT foi ajustada para refletir o recebimento pelas fundações dos valores do Acordo atribuídos a suas cotas.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$494.493 (R\$189.028 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.972 milhões (R\$2.832 milhões em 31 de dezembro de 2021). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento da NESA.

d) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. A operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli.

A Administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades no investimento da Companhia na Guanhães Energia.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação (CEI) cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 8 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação, sem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DOJ). Em 28 de dezembro de 2022 e em 13 de fevereiro de 2023, as investigações foram concluídas pela SEC e DOJ, respectivamente, sem a adoção de quaisquer ações por parte dessas Entidades

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, que foi aprovado pela Comissão de Investigação e encaminhado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum ponto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações financeiras de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

Prática contábil

A Companhia detém investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando incorridas, são reconhecidas no resultado, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

As demonstrações financeiras das coligadas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia e suas controladas.

As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjunto. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	2022			2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	7.393.963	(5.398.094)	1.995.869	7.328.985	(5.216.046)	2.112.939
Terrenos	246.946	(29.140)	217.806	246.523	(25.822)	220.701
Reservatórios, barragens e adutoras	3.302.646	(2.432.974)	869.672	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.092.172	(858.980)	233.192	1.085.888	(837.918)	247.970
Máquinas e equipamentos	2.724.327	(2.053.238)	671.089	2.667.242	(1.970.649)	696.593
Veículos	14.970	(13.050)	1.920	20.602	(19.230)	1.372
Móveis e utensílios	12.902	(10.712)	2.190	12.902	(10.421)	2.481
Em curso	360.830	-	360.830	304.586	-	304.586
Ativos em curso	360.830	-	360.830	304.586	-	304.586
Imobilizado líquido	7.754.793	(5.398.094)	2.356.699	7.633.571	(5.216.046)	2.417.525

Controladora	2022			2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.194.255	(4.743.558)	1.450.697	6.155.957	(4.609.197)	1.546.760
Terrenos	242.323	(28.696)	213.627	241.900	(25.418)	216.482
Reservatórios, barragens e adutoras	3.019.053	(2.277.133)	741.920	3.013.067	(2.204.303)	808.764
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.002.659	(814.033)	188.626	997.133	(795.789)	201.344
Máquinas e equipamentos	1.902.809	(1.600.347)	302.462	1.870.814	(1.554.440)	316.374
Veículos	14.752	(12.832)	1.920	20.384	(19.012)	1.372
Móveis e utensílios	12.659	(10.517)	2.142	12.659	(10.235)	2.424
Em curso	106.218	-	106.218	110.086	-	110.086
Ativos em curso	106.218	-	106.218	110.086	-	110.086
Imobilizado líquido	6.300.473	(4.743.558)	1.556.915	6.266.043	(4.609.197)	1.656.846

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de baixa (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	2.112.939	-	-	66.913	(12.006)	(171.977)	1.995.869
Terrenos (1)	220.701	-	-	423	-	(3.318)	217.806
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	7.050	-	(81.200)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.970	-	-	2.572	-	(17.350)	233.192
Máquinas e equipamentos (4)	696.593	-	-	55.808	(12.006)	(69.306)	671.089
Veículos	1.372	-	-	1.060	-	(512)	1.920
Móveis e utensílios	2.481	-	-	-	-	(291)	2.190
Em curso	304.586	121.657	1.500	(66.913)	-	-	360.830
Imobilizado líquido	2.417.525	121.657	1.500	-	(12.006)	(171.977)	2.356.699

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
- (3) Reversão de baixa de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.
- (4) Inclui o montante de R\$8.612 referente à baixa de dois geradores da controlada Rosal, e R\$3.345 referentes à remensuração da provisão para desmantelamento das controladas Parajuru e Volta do Rio.

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Reversão de baixa (2)	Reestruturação societária	Transferência (3)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	2.229.688	-	-	-	69.212	(14.842)	(171.119)	2.112.939
Terrenos (1)	224.151	-	-	-	-	(620)	(2.830)	220.701
Reservatórios, barragens e adutoras	1.019.711	-	-	-	4.767	-	(80.656)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	264.588	-	-	-	826	(25)	(17.419)	247.970
Máquinas e equipamentos	716.613	-	-	-	63.619	(14.195)	(69.444)	696.593
Veículos	1.846	-	-	-	-	-	(474)	1.372
Móveis e utensílios	2.779	-	-	-	-	(2)	(296)	2.481
Em curso	175.993	181.713	15.893	199	(69.212)	-	-	304.586
Imobilizado líquido	2.405.681	181.713	15.893	199	-	(14.842)	(171.119)	2.417.525

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Reversão de baixa de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.
- (3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	1.546.760	-	-	27.565	(60)	(123.568)	1.450.697
Terrenos (1)	216.482	-	-	423	-	(3.278)	213.627
Reservatórios, barragens e adutoras	808.764	-	-	6.217	-	(73.061)	741.920
Edificações, obras civis e benfeitorias	201.344	-	-	1.814	-	(14.532)	188.626
Máquinas e equipamentos	316.374	-	-	18.051	(60)	(31.903)	302.462
Veículos	1.372	-	-	1.060	-	(512)	1.920
Móveis e utensílios	2.424	-	-	-	-	(282)	2.142
Em curso	110.086	22.192	1.505	(27.565)	-	-	106.218
Imobilizado líquido	1.656.846	22.192	1.505	-	(60)	(123.568)	1.556.915

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
- (3) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Reversão de provisão (2)	Aporte (3)	Transferência (4)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	1.658.571	-	-	(1.443)	14.862	(747)	(124.483)	1.546.760
Terrenos (1)	219.915	-	-	(24)	-	(620)	(2.789)	216.482
Reservatórios, barragens e adutoras	880.749	-	-	(83)	651	-	(72.553)	808.764
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.943	-	-	(8)	65	(25)	(14.631)	201.344
Máquinas e equipamentos	337.407	-	-	(1.328)	14.146	(100)	(33.751)	316.374
Veículos	1.846	-	-	-	-	-	(474)	1.372
Móveis e utensílios	2.711	-	-	-	-	(2)	(285)	2.424
Em curso	114.568	68.432	15.893	(73.945)	(14.862)	-	-	110.086
Imobilizado líquido	1.773.139	68.432	15.893	(75.388)	-	(747)	(124.483)	1.656.846

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.
- (3) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie.
- (4) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,05%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2,00	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	2022	2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.096	220.009
Depreciação acumulada			(134.524)	(126.583)
Total em operação			85.572	93.426
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	1.962	43
Total em construção			1.962	43
Total			87.534	93.469

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

16. INTANGÍVEIS

Consolidado	2022			2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	1.327.508	(375.092)	952.416	1.326.989	(226.203)	1.100.786
Servidão	14.692	(5.405)	9.287	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(9.116)	4.483	13.599	(8.491)	5.108
Ativos da concessão (1)	202.337	(97.283)	105.054	202.338	(85.892)	116.446
Ativos da concessão - GSF	1.031.810	(199.809)	832.001	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	65.070	(63.479)	1.591	64.551	(61.350)	3.201
Em curso	21.753	-	21.753	12.126	-	12.126
Ativos em formação	21.753	-	21.753	12.126	-	12.126
Intangível líquido	1.349.261	(375.092)	974.169	1.339.115	(226.203)	1.112.912

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$105.054 são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	2022			2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	893.415	(254.972)	638.443	892.909	(131.617)	761.292
Servidão	11.451	(5.038)	6.413	11.451	(4.481)	6.970
Concessão onerosa	11.720	(7.642)	4.078	11.720	(7.171)	4.549
Ativos da concessão - GSF	805.613	(179.120)	626.493	805.613	(58.845)	746.768
Outros	64.631	(63.172)	1.459	64.125	(61.120)	3.005
Em curso	21.650	-	21.650	12.113	-	12.113
Ativos em formação	21.650	-	21.650	12.113	-	12.113
Intangível líquido	915.065	(254.972)	660.093	905.022	(131.617)	773.405

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	1.100.786	-	520	(148.890)	952.416
Servidão	9.966	-	-	(679)	9.287
Concessão onerosa	5.108	-	-	(625)	4.483
Ativos da concessão	116.446	-	-	(11.392)	105.054
Ativos da concessão - GSF	966.065	-	-	(134.064)	832.001
Outros	3.201	-	520	(2.130)	1.591
Em curso	12.126	10.147	(520)	-	21.753
Ativos em formação	12.126	10.147	(520)	-	21.753
Total	1.112.912	10.147	-	(148.890)	974.169

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	148.027	1.031.809	1.806	(151)	(80.705)	1.100.786
Servidão	9.172	-	1.475	-	(681)	9.966
Concessão onerosa	5.881	-	-	(151)	(622)	5.108
Ativos da concessão	127.841	-	-	-	(11.395)	116.446
Ativos da concessão - GSF	-	1.031.809	-	-	(65.744)	966.065
Outros	5.133	-	331	-	(2.263)	3.201
Em curso	8.459	5.473	(1.806)	-	-	12.126
Ativos em formação	8.459	5.473	(1.806)	-	-	12.126
Total	156.486	1.037.282	-	(151)	(80.705)	1.112.912

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	761.292	-	507	(123.356)	638.443
Servidão	6.970	-	-	(557)	6.413
Concessão onerosa	4.549	-	-	(471)	4.078
Ativos da concessão - GSF	746.768	-	-	(120.275)	626.493
Outros	3.005	-	507	(2.053)	1.459
Em curso	12.113	10.044	(507)	-	21.650
Ativos em formação	12.113	10.044	(507)	-	21.650
Total	773.405	10.044	-	(123.356)	660.093

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Aporte (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	18.281	805.613	(2.095)	1.790	(151)	(62.146)	761.292
Servidão	7.528	-	(1.475)	1.475	-	(558)	6.970
Concessão onerosa	5.881	-	(620)	-	(151)	(561)	4.549
Ativos da concessão - GSF	-	805.613	-	-	-	(58.845)	746.768
Outros	4.872	-	-	315	-	(2.182)	3.005
Em curso	8.443	5.460	-	(1.790)	-	-	12.113
Ativos em formação	8.443	5.460	-	(1.790)	-	-	12.113
Total	26.724	811.073	(2.095)	-	(151)	(62.146)	773.405

(1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

A taxa de amortização média anual da Companhia e suas controladas é de 10,84%.

Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Com a assinatura pela Companhia do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020 a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”, no montante de R\$909.601 para o consolidado e R\$683.405 para a controladora.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R\$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$1.031.809 para o consolidado e R\$805.613 para a controladora, reconhecido em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros. A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	4,0	19/07/2050
Eervalia	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1,0	26/12/2046
Cemig Geração Oeste	234			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Sul	2.106			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Três Marias	115.831	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7,0	27/05/2052

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig PCH (Pai Joaquim)	418	04/04/2032	0,4	14/09/2032
Horizontes	130			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
Rosal	8.900	08/05/2032	3,6	13/12/2035
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	1,7	27/08/2026
Total subsidiárias	226.196			
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Irapé	105.010	28/02/2035	2,6	18/09/2037
Queimado	19.326	18/12/2032	1,8	26/06/2034
São Bernardo (Cemig)	649	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação)	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
Total Cemig GT	805.613			
Total (R\$)	1.031.809			

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Companhia e suas subsidiárias, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

Em 2022, foram obtidas as licenças das seguintes instalações: UHE Irapé, UHE Santa Luzia, UHE Jacutinga, UHE Salto Grande, UHE Salto Voltão, UHE Salto do Passo Velho e EOL Volta do Rio. Os gastos iniciais, com a elaboração dos estudos ambientais, foram realizados ao longo dos anos e foram apropriados em despesa. Os demais gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, estão sendo levantados e estimados para provisionamento em contrapartida ao ativo intangível no ano de 2023.

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

17. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto/2021 a dezembro/2022 (1)		
Até 5 anos	6,43	0,52
De 6 a 10 anos	6,54	0,53
De 11 a 15 anos	6,58	0,54
De 16 a 30 anos	6,60	0,54

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

a) Movimentação do direito de uso

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37.724	4.160	41.884
Baixa (contratos encerrados)	(700)	-	(700)
Adição	54	-	54
Direito de uso recebido na reestruturação societária	79	-	79
Amortização (1)	(1.509)	(6.229)	(7.738)
Remensuração (2)	1.362	6.923	8.285
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.010	4.854	41.864
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	17.286	17.344
Amortização (1)	(1.611)	(6.026)	(7.637)
Remensuração (2)	3.524	2.164	5.688
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.941	18.278	57.219

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.432	3.586	40.018
Baixa (contratos encerrados)	(700)	-	(700)
Adição	54	-	54
Amortização (1)	(1.448)	(5.650)	(7.098)
Remensuração (2)	1.237	6.916	8.153
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.575	4.852	40.427
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	17.113	17.171
Amortização (1)	(1.547)	(5.450)	(6.997)
Remensuração (2)	3.392	1.540	4.932
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.438	18.055	55.493

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$117 para consolidado e R\$116 para controladora no exercício de 2022 (R\$108 para consolidado e R\$106 para controladora no exercício de 2021).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamentos

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.543	42.586
Baixa (contratos encerrados)	(572)	(572)
Adição	54	54
Passivo de arrendamento recebido na reestruturação societária	83	-
Juros incorridos (1)	5.210	5.004
Arrendamentos pagos	(11.611)	(10.806)
Juros sobre arrendamentos pagos	(542)	(493)
Remensuração (2)	8.285	8.153
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.450	43.926
Baixa (contratos encerrados)	(45)	(48)
Adição	17.344	17.171
Juros incorridos (1)	5.623	5.394
Arrendamentos pagos	(11.094)	(10.341)
Juros sobre arrendamentos pagos	(597)	(533)
Remensuração (2)	5.686	4.932
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62.367	60.501
Passivo circulante	9.893	9.592
Passivo não circulante	52.474	50.909

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$377 e R\$373 no exercício de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$354 e R\$351 no exercício de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é conforme segue:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	154.741	62.367	149.548	60.501
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.998	3.941	11.871	3.900

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2023	10.417	10.100
2024	10.342	10.085
2025	10.334	10.077
2026	10.334	10.077
2027	9.045	8.794
2028 a 2045	104.269	100.415
Valores não descontados	154.741	149.548
Juros embutidos	(92.374)	(89.047)
Passivo de arrendamento	62.367	60.501

Prática contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas adotam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento foram descritos no decorrer desta nota explicativa.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Suprimento e transporte de energia elétrica (1)	387.125	288.869	378.857	283.389
Materiais e serviços	115.985	94.917	69.764	50.990
	503.110	383.786	448.621	334.379

(1) Inclui estimativa de compra de energia no ACL, que variou significativamente no período observado em decorrência, principalmente, da efetivação de novos contratos no exercício de 2022 ocasionando o aumento do volume de compra de energia, bem como reajustes de contratos já existentes.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
ICMS	18.939	22.797	13.890	17.910
Pasep (1)	20.122	14.336	17.992	12.242
Cofins (1)	91.834	64.946	82.938	56.360
INSS	13.417	10.337	8.212	6.497
ISSQN	4.254	2.439	2.596	1.857
Outros (2)	27.686	29.532	5.807	28.881
	176.252	144.387	131.435	123.747
Não circulante				
Pasep (1)	64.476	59.582	62.176	57.923
Cofins (1)	296.825	274.465	286.397	266.807
	361.301	334.047	348.573	324.730
	537.553	478.434	480.008	448.477

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 13.
- (2) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 31/12/2022			Consolidado e Controladora 31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	USD	29.815	3.945.156	3.974.971	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(5.743)	(5.743)	(8.220)
(+/-) Recursos antecipados (2)				-	(9.423)	(9.423)	(13.356)
Total de empréstimos				29.815	3.929.990	3.959.805	5.601.097
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	-	-	-	428.367
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (4)	2027	CDI + 1,33%	R\$	3.185	700.000	703.185	-
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (4)	2029	IPCA + 7,6245%	R\$	707	301.509	302.216	-
(-) Custos de transação				-	(6.140)	(6.140)	(4)
Total de debêntures				3.892	995.369	999.261	428.363
Total geral				33.707	4.925.359	4.959.066	6.029.460

- (1) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$250 milhões (US\$500 milhões em agosto de 2021). Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (3) Em fevereiro de 2022, a Cemig GT liquidou a debênture – 3ª Emissão – 3ª Série.
- (4) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou a liquidação da 9ª emissão de debêntures simples. Mais detalhes dessa operação no decorrer dessa nota explicativa.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer*

Em 28 de novembro de 2022, foi iniciada a segunda etapa de oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Companhia (“*Tender Offer*”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$250 milhões.

A tabela a seguir representa a *Tender Offer* aceita pelos investidores nas liquidações dos *Eurobonds* e dos instrumentos financeiros derivativos:

	%	US\$ (mil)	R\$ (mil)
Valor principal (1)	100	243.890	1.296.672
Prêmio mercado + <i>Tender</i>	3,08	7.522	40.013
Deságio Prêmio	0,02	(60)	(311)
Juros provisionados	0,41	1.008	5.362
		252.360	1.341.736
IOF incidente sobre o prêmio	0,02	29	152
Imposto de renda incidente sobre o prêmio	0,54	1.327	7.061
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados (2)	0,07	175	946
		1.531	8.159
Total de pagamentos		253.891	1.349.895
Desfazimento parcial do hedge		-	(191.689)
Ajuste positivo da NDF (3)		-	(32.012)
Total		253.891	1.126.194

- (1) A segunda etapa da *Tender Offer* expirou em 23 de dezembro de 2022. Foi objeto de aceitação pelos investidores um total de US\$243.890 mil, sendo que US\$240.702 mil foram previamente liquidados em 21 de dezembro de 2022, considerando as aceitações realizadas pelos investidores até 9 de dezembro de 2022 (*Early Tender*). O valor restante, no montante de US\$3.188 mil foi aceito pelos investidores após o *Early Tender*.
- (2) Os titulares de *Notes* que validaram suas *Notes* até o Primeiro Horário de *Tender Offer* foram elegíveis a receber US\$1.031,25 para cada US\$1.000 do valor principal. Para os titulares que validaram suas *Notes* após o Primeiro Horário de *Tender Offer*, mas ainda dentro do prazo de expiração, foram elegíveis a receber US\$981,25 para cada US\$1.000 do valor principal.
- (3) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$5,2040) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar na cotação de R\$5,3183.

Captações de recursos

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em duas séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita:

- (i) 1ª série: 700 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$700.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,33%, com vencimento em 5 anos, cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e
- (ii) 2ª série: 300 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$300.000, à taxa de remuneração de IPCA + 7,6245%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de geração de energia renovável e eficiência energética considerados como prioritários para fins da Lei nº 12.431/2011 e suas alterações, sendo que, inclusive, considerando a destinação a referidos projetos, as Debêntures da Segunda Série são caracterizadas como “debêntures verdes”.

Adicionalmente, destaca-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª série	Dezembro de 2022	2027	CDI + 1,33%	700.000
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª série	Dezembro de 2022	2029	IPCA + 7,6245%	300.000
(-) Custos de transação				(6.132)
Total de captações				993.868

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor dos empréstimos e debêntures da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	2022
Aval e fiança	3.959.805
Fiança	999.261
Total	4.959.066

A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado e controladora	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano	29.815	3.945.156	-	-	-	-	3.974.971
Total por moedas	29.815	3.945.156	-	-	-	-	3.974.971
IPCA (1)	707	-	-	-	-	301.509	302.216
CDI (2)	3.185	-	233.334	233.333	233.333	-	703.185
Total por Indexadores	3.892	-	233.334	233.333	233.333	301.509	1.005.401
(-) Custos de transação	-	(5.743)	(1.432)	(1.432)	(1.432)	(1.844)	(11.883)
(+/-) Recursos antecipados	-	(9.423)	-	-	-	-	(9.423)
Total geral	33.707	3.929.990	231.902	231.901	231.901	299.665	4.959.066

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)	Variação acumulada no exercício de 2021 (%)	Indexador	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)	Variação acumulada no exercício de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(6,50)	7,39	IPCA	5,79	10,06
			CDI	12,39	4,39

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.885.711
Variação monetária	44.757
Variação cambial	353.950
Encargos financeiros provisionados	803.935
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	491.037
Amortização dos custos de transação	16.359
Encargos financeiros pagos (1)	(1.317.097)
Amortização de principal	(3.249.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.029.460
Empréstimos obtidos	1.000.000
Custos de transação	(6.132)
Empréstimos obtidos líquidos	993.868
Variação monetária	4.569
Variação cambial	(338.265)
Encargos financeiros provisionados	548.186
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	46.763
Amortização dos custos de transação	2.514
Encargos financeiros pagos	(621.439)
Amortização de principal	(1.706.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.959.066

(1) O valor do IRRF sobre o ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) e sobre os juros provisionados foram compensados com créditos de PIS/Pasep e Cofins, no montante de R\$80.643 no exercício de 2021.

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds (1)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
9ª Emissão de debêntures 1ª e 2ª série (3)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 de 31/12/2022 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 de 31/12/2022 até 30/06/2026 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual

- (1) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Lajida de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Lajida de 1,5x.
- (2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e a mortização, calculado conforme a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpeção judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma que as condições sejam atendidas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controladora encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 29.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	3.320	3.529	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	10.424	5.374	6.698	2.227
Conta de desenvolvimento energético – CDE	80.814	63.060	80.814	63.060
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	789	717	713	641
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	10.291	16.623	10.291	16.623
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	1.367	1.120	751	577
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	13.179	22.103	4.193	16.166
Pesquisa expansão sistema energético	823	699	515	428
CDE sobre P&D	540	476	382	330
	121.547	113.701	104.357	100.052
Passivo circulante	116.248	111.160	104.357	100.052
Passivo não circulante	5.299	2.541	-	-

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano Saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$91.290 e R\$13.618.

Em fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Cemig cumprisse e mantivesse integralmente os termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal pedido de urgência, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. Em vista disso, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda dessa ação judicial como remota.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2022.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$123.843 (R\$121.961 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$82.343, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$41.500. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$3.765 (R\$1.535 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recusado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$2.462 em 31 de dezembro de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total que deveria ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, caso não fosse considerada a paridade contributiva, seria de R\$56.947, por meio de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$56.892 (R\$87.015 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia

mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2022	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.516.021	714.248	13.138	3.243.407
Valor justo dos ativos do plano	(2.078.424)	-	-	(2.078.424)
Passivo líquido inicial	437.597	714.248	13.138	1.164.983
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	31.463	-	-	31.463
Passivo líquido no balanço patrimonial	469.060	714.248	13.138	1.196.446

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.669.508	744.895	14.207	-	3.428.610
Valor justo dos ativos do plano	(2.127.603)	-	-	-	(2.127.603)
Passivo líquido inicial	541.905	744.895	14.207	-	1.301.007
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	6.207	-	-	-	6.207
Passivo líquido no balanço patrimonial	548.112	744.895	14.207	-	1.307.214

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	2.980.490	717.713	13.891	120.823	3.832.917
Custo do serviço corrente	523	5.063	128	797	6.511
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Juros sobre a obrigação atuarial	198.471	49.945	984	8.610	258.010
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	87.395	26.382	237	(3.456)	110.558
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(545.827)	(52.058)	(978)	(27.351)	(626.214)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	160.152	35.993	600	(5.759)	190.986
	(298.280)	10.317	(141)	(36.566)	(324.670)
Benefícios pagos	(211.696)	(38.143)	(655)	(2.374)	(252.868)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	2.669.508	744.895	14.207	-	3.428.610
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	-	4.321
Custo do serviço passado (2)	(1.242)	-	-	-	(1.242)
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	-	351.516
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(2.246)	(240)	21	-	(2.465)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(191.868)	(65.232)	(1.183)	-	(258.283)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	1.976	(1.249)	(685)	-	42
	(192.138)	(66.721)	(1.847)	-	(260.706)
Benefícios pagos	(232.855)	(45.438)	(799)	-	(279.092)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	2.516.021	714.248	13.138	-	3.243.407

- 1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação.
- 2) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	2.380.823
Retorno real dos investimentos	(94.877)
Contribuições do empregador	53.353
Benefícios pagos	(211.696)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	2.127.603
Retorno real dos investimentos	122.129
Contribuições do empregador	61.547
Benefícios pagos	(232.855)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	2.078.424

Movimentação do passivo líquido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	605.258	717.713	13.891	120.823	1.457.685
Despesa reconhecida no resultado	41.878	55.008	1.112	9.407	107.405
Custo do serviço passado	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Contribuições pagas	(53.353)	(38.143)	(655)	(2.374)	(94.525)
Perdas (ganhos) atuariais	(45.671)	10.317	(141)	(36.566)	(72.061)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	548.112	744.895	14.207	-	1.307.214
Despesa reconhecida no resultado	58.544	81.512	1.577	-	141.633
Custo do serviço passado	(1.242)	-	-	-	(1.242)
Contribuições pagas	(61.547)	(45.438)	(799)	-	(107.784)
Perdas (ganhos) atuariais	(74.807)	(66.721)	(1.847)	-	(143.375)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	469.060	714.248	13.138	-	1.196.446
				2022	2021
Passivo circulante				84.377	75.257
Passivo não circulante				1.112.069	1.231.957

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$131.395 no exercício de 2022 (R\$364 no exercício de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$8.996 no exercício de 2022 (R\$15.751 no exercício de 2021).

Valores reconhecidos nas demonstrações de resultados:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	4.321
Custo do serviço passado	(1.242)	-	-	(1.242)
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	351.516
Rendimento sobre os ativos do plano	(214.204)	-	-	(214.204)
Despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	57.302	81.512	1.577	140.391

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	523	5.063	128	797	6.511
Custo do serviço passado	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Juros sobre a obrigação atuarial	198.471	49.945	984	8.610	258.010
Rendimento sobre os ativos do plano	(157.116)	-	-	-	(157.116)
Despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	41.878	55.008	1.112	(81.883)	16.115

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2023 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	74	3.400	91	3.565
Juros sobre a obrigação atuarial	281.861	81.741	1.506	365.108
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(226.844)	-	-	(226.844)
Estimativa da despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	55.091	85.141	1.597	141.829

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2023 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	241.360	47.761	834	289.955

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2023 no montante de R\$58.919 para amortização de *déficit* do Plano A e R\$23.238 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	51.373	11.545	209	63.127
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(52.418)	(11.841)	(215)	(64.474)
Decréscimo de 1,00% na taxa de desconto	222.363	89.312	1.596	313.271

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
9	11	13	12

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	2022	2021
Ações	6,45%	7,77%
Títulos de renda fixa	76,89%	73,95%
Imóveis	4,89%	5,04%
Outros	11,77%	13,24%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

Consolidado	2022	2021
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	-	76.419
Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia	58.050	59.640
	58.050	136.059

Principais premissas atuariais

	2022		2021		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	11,73%	11,83%	10,60%	10,75%	10,73%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,73%	Não aplicável	10,60%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,31%	5,31%	5,03%	5,03%	5,03%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,31%	Não aplicável	5,03%	Não aplicável	6,29%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%	Não aplicável	Tasa 1927 agravado de 100%	Tasa 1927 agravado de 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%	-

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Prática contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

O custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, e o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados pela remensuração do valor presente líquido da obrigação, utilizando-se premissas atuariais revisadas e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração, redução ou liquidação.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seu assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

Consolidado	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	59.957	20.299	(607)	(9.237)	70.412
Tributárias	317.326	62.443	(67.490)	(278)	312.001
Regulatórias	4.131	2.808	-	(2.202)	4.737
Outras	56.629	39.557	(47.141)	(39.155)	9.890
Total	438.043	125.107	(115.238)	(50.872)	397.040

Consolidado	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	58.714	7.225	(4)	(5.978)	59.957
Cíveis	200	126	(200)	(126)	-
Tributárias	307.052	10.536	-	(262)	317.326
Regulatórias	3.426	1.538	-	(833)	4.131
Outras	49.156	15.749	(1.669)	(6.607)	56.629
Total	418.548	35.174	(1.873)	(13.806)	438.043

Controladora	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	59.957	20.299	(607)	(9.237)	70.412
Tributárias	317.287	62.443	(67.451)	(278)	312.001
Regulatórias	4.131	2.808	-	(2.202)	4.737
Outras	56.397	39.271	(47.141)	(39.140)	9.387
Total	437.772	124.821	(115.199)	(50.857)	396.537

Controladora	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	58.687	7.225	-	(5.955)	59.957
Cíveis	200	126	(200)	(126)	-
Tributárias	307.014	10.534	-	(261)	317.287
Regulatórias	3.426	1.538	-	(833)	4.131
Outras	48.934	15.739	(1.669)	(6.607)	56.397
Total	418.261	35.162	(1.869)	(13.782)	437.772

Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia e de suas controladas as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas	82.580	92.223	80.727	90.459
Cíveis				
Relações de consumo	27.950	28.488	27.855	28.385
Outras ações cíveis	56.520	47.454	55.636	46.819
	84.470	75.942	83.491	75.204
Tributárias	486.999	411.435	459.683	385.878
Regulatórias	674.430	480.620	674.430	480.620
Outras (1)	401.424	350.404	381.803	332.189
Total	1.729.903	1.410.624	1.680.134	1.364.350

(1) Os principais valores são apresentados em parágrafos específicos no texto de Provisões.

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da obrigação é de, aproximadamente, R\$128.731 (R\$103.841 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$2.288 foi provisionado (R\$2.118 em 31 de dezembro de 2021).

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa. O montante das obrigações é de, aproximadamente, R\$416.212 (R\$376.009 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$276.406 foi provisionado (R\$314.056 em 31 de dezembro de 2021).

Em agosto de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF em alteração a sua jurisprudência, cancelou autuações previdenciárias sobre os valores pagos de PLR. A CSRF reconheceu que não haveria desnaturação para o pagamento destes valores, desde que eles fossem pagos aos empregados após a assinatura do respectivo acordo, independentemente de a assinatura ter se dado após o início do período de aferição das metas. Fundamentada na citada decisão, a Companhia alterou o prognóstico das provisões referentes às contingências de PLR que ainda tramitam no âmbito administrativo de provável para possível, o que representou, portanto, uma baixa de R\$67.451 no terceiro trimestre de 2022. A Companhia continua acompanhando as ações que tramitam no âmbito do judiciário, para as quais manteve o prognóstico provável, e com isso, o respectivo provisionamento.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da obrigação é de R\$63.255 (R\$70.618 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$1.221 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foi provisionado, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$28.716, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante da obrigação é de, aproximadamente, R\$71.988 (R\$68.399 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$32.086 (R\$30.496 em 31 de dezembro de 2021) foi provisionado.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor do passivo contingente é de aproximadamente R\$20.208 (R\$18.655 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante do passivo contingente é de R\$98.606 (R\$88.424 em 31 de dezembro de 2021).

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante das obrigações é de, aproximadamente, R\$152.992 (R\$152.180 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$70.412 foi provisionado (R\$59.957 em 31 de dezembro de 2021).

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da obrigação é de, aproximadamente, R\$55.330 (R\$47.915 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$4.737 foi provisionado (R\$4.131 em 31 de dezembro de 2021).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$506.742 (R\$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve em 9 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos Clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2022 montam em R\$117.095. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. O montante da obrigação é de R\$159.994 (R\$201.064 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$9.890 foi provisionado (R\$56.629 em 31 de dezembro de 2021). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado do passivo contingente é de R\$136.795 (R\$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$96.235 (R\$72.557 em 31 de dezembro de 2021), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante do passivo contingente envolvido nesta discussão foi estimado em R\$102.760 (R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$5.473.724 (R\$4.123.724 em 31 de dezembro de 2021), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Em 31 de outubro de 2022, foi aprovado, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), o aumento do capital social da Companhia, que passou de R\$4.123.724 para R\$5.473.724, sem alteração nas ações ordinárias nominativas. Este aumento ocorreu mediante a capitalização de R\$1.350.000, provenientes do aporte de capital realizado pela Cemig (controladora da Companhia), operacionalizado por meio de um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”).

b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2022	2021
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício (B)	2.085.456	871.434
Lucro por ação – básico e diluído (B/A) (em R\$)	0,72	0,30

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 29 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição nos exercícios apresentados.

c) Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

	2022	2021
Reservas de lucros		
Reserva legal	412.081	308.328
Reserva de incentivos fiscais – Sudene	55.125	44.727
Reserva de lucros a realizar	-	222.935
Reserva de retenção de lucros	3.160.879	1.888.682
	3.628.085	2.464.672

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2022 é R\$55.125 (R\$44.727 em 31 de dezembro de 2021).

Reserva de lucros a realizar

O artigo 197 da Lei das SAs permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

O Estatuto da Companhia estabelece que, além do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 50% do lucro líquido do exercício, o saldo após a retenção dos valores previstos para investimentos em orçamento de capital será distribuído a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, observada a disponibilidade de caixa.

Os valores constantes da Reserva de Lucros a Realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo obrigatório. Assim, tais valores deverão acrescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. A Companhia realizou o saldo dessa reserva em 2022, propondo o pagamento de R\$222.935 como dividendos adicionais.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

d) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

Em 30 de janeiro de 2023, foram declarados dividendos intermediários, no montante de R\$600.000, referentes ao resultado do primeiro semestre de 2022, a serem compensados com o dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício de 2022. Desse montante, R\$500.000 foram pagos no primeiro trimestre de 2023 e o restante deverá ser pago até 31 de dezembro de 2023, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2022 e 2021 é conforme segue:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	2.085.456	871.434
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido	1.042.728	435.717
Realização da reserva de lucros a realizar	222.935	-
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	-	43.719
	1.265.663	479.436
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	-	291.462
Dividendos intermediários	600.000	-
Dividendos estatutários	442.728	187.974
Dividendos adicionais	222.935	-
	1.265.663	479.436
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,21	0,06
Dividendos intermediários (em R\$)	0,15	-
Dividendos adicionais (em R\$)	0,08	-
Juros sobre capital próprio (em R\$)	-	0,10

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado e controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	891.998
Proposta dividendos	187.974
Declaração de Juros sobre capital próprio	291.462
IR sobre juros sobre capital próprio	(43.719)
Pagamento dividendos e JCP	(527.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	799.947
Proposta dividendos	442.728
Dividendos intermediários	600.000
Pagamento dividendos e JCP	(435.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.406.958

e) Destinação do Resultado de 2022 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2023, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2022, no montante de R\$2.085.456, da realização da Reserva de lucros a realizar no montante de R\$222.935 e da realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$120.685:

- R\$103.753 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$1.265.663 sejam destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
 - R\$600.000 por meio de dividendos intermediários, declarados em 30 de janeiro de 2023;
 - R\$442.728 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
 - R\$222.935 para pagamento de dividendos adicionais em decorrência da realização da Reserva de Lucros a Realizar.
- R\$10.398 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

- R\$1.049.262 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2023.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	2022	2021
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(476.146)	(570.774)
Custo atribuído de imobilizado	267.147	387.832
Ajustes de avaliação patrimonial	(208.999)	(182.942)

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

25. RECEITAS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	7.629.058	7.670.542	6.689.101	6.752.684
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	722.670	612.898	726.624	618.122
Receita de construção (nota 12)	407.193	251.973	407.193	251.973
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 12)	561.044	630.900	538.988	627.912
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	466.857	523.105	-	-
Transações com energia na CCEE (d)	185.785	339.739	167.650	278.347
Receita de indenização da geração (nota 12.1)	47.028	-	47.028	-
Receita por antecipação de prestação de serviço (1)	-	153.970	-	-
Outras receitas operacionais (e)	118.532	91.237	163.608	134.696
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (f)	(1.989.715)	(1.963.252)	(1.787.680)	(1.761.172)
	8.148.452	8.311.112	6.952.512	6.902.562

(1) Refere-se à negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente à prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE.

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

	Consolidado				Controladora			
	2022		2021		2022		2021	
	MWh ²	R\$	MWh ²	R\$	MWh ²	R\$	MWh ²	R\$
Industrial	14.453.048	4.229.249	14.598.936	3.932.400	13.462.896	3.830.879	13.581.506	3.680.888
Comercial	4.127.836	1.050.713	4.165.556	901.221	4.122.122	1.048.301	4.158.849	898.860
Rural	15.959	4.656	30.986	8.597	15.959	4.656	30.986	8.597
Subtotal	18.596.843	5.284.618	18.795.478	4.842.218	17.600.977	4.883.836	17.771.341	4.588.345
Fornec. não faturado, líquido	-	61.752	-	59.570	-	43.298	-	47.367
	18.596.843	5.346.370	18.795.478	4.901.788	17.600.977	4.927.134	17.771.341	4.635.712
Suprim. outras concessionárias (1)	11.376.243	2.290.997	12.530.390	2.909.407	8.072.008	1.769.716	9.018.040	2.239.601
Suprimento não faturado líquido	-	(8.309)	-	(140.653)	-	(7.749)	-	(122.629)
	29.973.086	7.629.058	31.325.868	7.670.542	25.672.985	6.689.101	26.789.381	6.752.684

- (1) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.
- (2) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(b) Receita de Concessão da Transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Receita de construção e melhorias	407.193	251.973
Custo de construção e melhorias	(290.750)	(183.386)
Margem	116.443	68.587
Mark-up (%)	40,05%	37,40%
Receita de operação e manutenção	722.670	612.898
Custo de operação e manutenção	(284.460)	(221.241)
Margem	438.210	391.657
Mark-up (%)	154,05%	177,03%

(c) Realização de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

(d) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

(e) Outras receitas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Prestações de serviços	38.879	28.539	88.218	72.313
Subvenções	30.603	23.273	30.603	23.273
Aluguel e arrendamento	1.194	1.165	1.194	1.165
Ressarcimento	41.714	11.040	41.714	10.724
Outras receitas	6.142	27.220	1.879	27.221
	118.532	91.237	163.608	134.696

(f) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Tributos sobre a receita				
ICMS	633.155	705.972	561.804	640.178
Cofins	699.086	693.363	619.565	612.682
PIS/Pasep	151.767	150.522	134.511	133.016
ISSQN	4.410	8.877	4.241	3.804
	1.488.418	1.558.734	1.320.121	1.389.680
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	14.005	14.673	11.198	12.210
Conta de desenvolvimento energético – CDE	314.435	242.683	314.435	242.683
CDE sobre P&D	3.712	4.933	2.786	3.777
Proinfa	77.287	65.733	77.287	65.733
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.131	7.543	6.501	5.341
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	12.843	12.477	9.287	9.118
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.421	6.238	4.644	4.559
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	9.067	13.407	8.144	8.241
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	54.396	36.831	33.277	19.830
	501.297	404.518	467.559	371.492
	1.989.715	1.963.252	1.787.680	1.761.172

Prática contábil

Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 13.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A margem é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, para as duas situações destacadas há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida, em consonância com o CPC 07 (R1)/ IAS 20.

A Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos com energia elétrica

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de curto prazo – CCEE	71.510	218.085	55.156	175.603
Energia adquirida no ambiente livre	4.495.137	4.723.637	4.499.639	4.599.033
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(420.547)	(447.210)	(419.382)	(436.718)
	4.146.100	4.494.512	4.135.413	4.337.918
Encargos de uso da rede básica de transmissão				
Encargos de transmissão - Rede básica	225.120	198.726	183.141	161.715
Encargos de distribuição	42.319	35.960	10.076	10.402
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(22.007)	(19.699)	(17.791)	(15.853)
	245.432	214.987	175.426	156.264
Total	4.391.532	4.709.499	4.310.839	4.494.182

b) Custos de construção

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	12.419	9.362	12.419	9.362
Materiais	215.653	123.952	215.653	123.952
Serviços de terceiros	64.552	50.304	64.552	50.304
Outros (recuperação)	(1.874)	(232)	(1.874)	(232)
	290.750	183.386	290.750	183.386

c) Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado								Total 2022	Total 2021
	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Pessoal	283.538	273.787	-	-	56.433	40.913	1	-	339.972	314.700
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	778	5.876	32.944	28.746	33.722	34.622
Obrigações Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	131.395	364	131.395	364
Materiais	24.305	25.722	-	-	3.700	1.137	-	-	28.005	26.859
Serviços de terceiros	174.666	142.964	-	-	51.001	36.472	-	-	225.667	179.436
Depreciação e amortização (1)	321.383	249.845	-	-	7.004	9.609	-	-	328.387	259.454
Provisões (reversões) para contingências	9.869	33.301	-	-	-	-	-	-	9.869	33.301
Perdas de créditos esperadas	-	-	531	13.497	-	-	-	-	531	13.497
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova (nota 30)	-	-	-	-	-	-	(53.356)	-	(53.356)	-
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	36.124	100.137	36.124	100.137
Perda por redução ao valor recuperável (2)	-	-	-	-	-	-	7.412	-	7.412	-
Ajuste a valor justo de ativo financeiro (nota 12)	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770	-
Outros custos e despesas operacionais	22.195	29.120	-	-	5.667	13.360	24.159	72.050	52.021	114.530
	835.956	754.739	531	13.497	124.583	107.367	350.449	201.297	1.311.51	1.076.90
									9	0

	Controladora								Total 2022	Total 2021
	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Pessoal	257.512	250.291	-	-	56.433	40.913	1	-	313.946	291.204
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	605	5.746	32.564	28.702	33.169	34.448
Obrigações Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	131.395	364	131.395	364
Materiais	13.506	12.587	-	-	3.700	1.136	-	-	17.206	13.723
Serviços de terceiros	109.091	92.553	-	-	51.001	36.472	-	-	160.092	129.025
Depreciação e amortização (1)	246.801	184.013	-	-	7.004	9.608	-	-	253.805	193.621
Provisões (reversões) para contingências	9.622	33.293	-	-	-	-	-	-	9.622	33.293
Perdas de créditos esperadas	-	-	1.302	13.413	-	-	-	-	1.302	13.413
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova (nota 30)	-	-	-	-	-	-	(53.356)	-	(53.356)	-
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	36.124	100.137	36.124	100.137
Perda por redução ao valor recuperável (2)	-	-	-	-	-	-	7.412	-	7.412	-
Baixa de ativo financeiro (nota 12)	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770	-
Outros custos e despesas operacionais	11.799	17.098	-	-	6.114	13.318	23.048	69.071	40.961	99.487
	648.331	589.835	1.302	13.413	124.857	107.193	348.958	198.274	1.123.44	908.715
									8	0

- (1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$117 para consolidado e R\$116 para controladora em 2022 (R\$108 e R\$106 em 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) No 4º trimestre de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R\$7.412 como perda por redução ao valor recuperável de seu investimento detido na controlada em conjunto Itaacara, em conformidade ao CPC 01/IAS 36. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Nos meses de abril e dezembro de 2022, a Companhia aprovou os PDVP's 2022 e 2023, respectivamente, sendo que para o PDVP 2022 o período de adesão dos empregados foi de 2 de maio a 20 de maio, sendo depois reaberto no período de 30 de maio a 3 de junho de 2022, com adesão de 57 empregados, e para o PDVP 2023 foi de 20 de dezembro de 2022 a 27 de janeiro de 2023, com adesão de 38 empregados. Os programas previam o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento "A Pedido" e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos de cada programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

Os custos para os programas totalizaram R\$20.536, sendo R\$10.838 para o PDVP 2022 e R\$9.698 para o PDVP 2023, e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

O programa de desligamento voluntário, aprovado em maio de 2021 (PDVP 2021), teve o custo total correspondente a R\$6.168, representando a adesão de 53 empregados.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	210.165	74.798	133.912	51.350
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	11.775	7.558	8.396	5.184
Variação monetária	39.606	25.605	38.945	22.808
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	13.266	3.741	13.174	3.683
Variações cambiais de empréstimos (nota 20)	338.265	-	338.265	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	2.822	4.512	-	2.504
Outras	11.954	27.472	10.956	26.154
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(23.821)	(5.653)	(22.430)	(5.192)
	604.032	138.033	521.218	106.491
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 20)	(548.186)	(803.935)	(548.186)	(803.609)
Amortização dos custos de transação (nota 20)	(2.514)	(16.359)	(2.514)	(16.359)
Variação monetária – Forluz	(8.996)	(15.751)	(8.996)	(15.751)
Variação monetária – Empréstimos e debêntures (nota 20)	(4.569)	(44.757)	(4.569)	(43.637)
Variações monetárias	(18.788)	(18.131)	(3.431)	(9.199)
Variações cambiais de empréstimos (nota 20)	-	(353.950)	-	(353.950)
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) (nota 20)	(46.763)	(491.037)	(46.763)	(491.037)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 29)	(437.887)	(537.976)	(437.887)	(537.976)
Variação monetária de arrendamento (nota 17)	(5.246)	(4.856)	(5.021)	(4.653)
Outras	(8.374)	(11.991)	(4.866)	(6.794)
	(1.081.323)	(2.298.743)	(1.062.233)	(2.282.965)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(477.291)	(2.160.710)	(541.015)	(2.176.474)

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS (1)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2021
Operações com energia elétrica (2)								
Madeira Energia	8.218	7.533	132.029	106.975	95.932	94.883	(1.687.151)	(1.518.678)
Aliança Geração	-	-	7.201	6.928	711	545	(99.750)	(90.630)
Norte Energia	2.352	2.338	-	-	26.350	26.363	-	(66.485)
Paracambi (antiga Lightger)	-	-	2.476	2.160	-	-	(33.058)	(27.885)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	3.491	3.153	-	-	(45.618)	(37.063)
Taesa	24	-	1.335	1.488	278	252	(15.924)	(13.288)
Cemig Distribuição	27.733	24.997	2.790	1.927	303.018	258.035	(33.966)	(28.784)
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição (8)	11.049	8.650	-	-	88.360	79.445	-	-
Convênio de compartilhamento								
Cemig Distribuição (7)	2.565	2.362	-	-	431	4.826	-	-
Prestação de serviço (5)								
Aliança Geração	673	512	-	-	4.920	4.693	-	-
Baguari Energia	211	211	-	-	1.549	691	-	-
Taesa	125	150	-	-	1.315	1.242	-	-
Outros créditos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	4.038	-	-	-	-	-	-
FIP Melbourne (9)	160.643	-	-	-	-	-	-	-
Contingências								
Aliança Geração (4)	-	-	54.905	52.497	-	-	(3.066)	(11.121)
Ajuste para perdas								
Madeira Energia (3)	-	-	-	161.648	161.648	-	-	(161.648)
Hidrelétrica Itacara (6)	-	-	-	20.767	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.406.958	799.947	-	-	-	-
Retiro Baixo	5.867	7.202	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	3.882	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	3.867	-	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	227.884	44.789	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.352.076	943.747	-	-	67.304	16.545	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	5.105	194.110	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	44.936	40.878	-	-	(58.544)	(41.878)
Contribuições para suplementação de aposentadoria— plano de contribuição definitiva (11)	-	-	-	-	-	-	(21.827)	(21.148)
Custeio administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(7.909)	(6.952)
Arrendamento operacional (13)	-	-	5.418	4.983	-	-	(6.742)	(6.316)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	424.124	507.234	-	-	-	-
Arrendamento operacional (13)	38.838	36.900	38.323	35.534	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	46.243	38.807	-	-	(83.089)	(56.120)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	681.143	720.295	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 14);
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e aos outros acionistas. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
- (4) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$156 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$55 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- (6) No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36.
- (7) Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (8) Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- (9) Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizada de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022 (vide nota explicativa nº 14);
- (10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 22);
- (11) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (13) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 8,72%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Geração e Transmissão;
- (14) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Sá Carvalho S.A.	-	-	691	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	88.841	28.000
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	28.845	17.793
Cemig Trading S.A.	-	-	479	-
Aliança Geração de Energia S.A.	126.634	224.896	126.634	224.896
Outras (1)	13.616	7.202	13.616	9.515
	140.250	232.098	259.106	280.204

- (1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Companhia concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Com a conclusão da alienação da totalidade da participação societária detida pela Cemig GT na MESA, em 20 de março de 2023, Furnas se comprometeu a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenados de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas. Para mais informações, ver nota explicativa nº 34 - Eventos subsequentes.

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	4.449	4.192
Participação nos resultados	1.162	670
Previdência privada	391	315
Planos de saúde e odontológico	48	36
Seguro de vida	10	2
Total (1)	6.060	5.215

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários		186.753	186.753	597.205	597.205
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		1.095.412	1.095.412	797.972	797.972
Fundos vinculados		14.488	14.488	17.063	17.063
Depósitos vinculados a litígios		174.461	174.461	161.820	161.820
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		2.950.415	2.950.415	2.792.201	2.792.201
Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar		160.643	160.643	-	-
		4.582.172	4.582.172	4.366.261	4.366.261
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		287.207	287.207	117.154	117.154
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	148.466	148.466	55.290	55.290
Letras financeiras – Bancos	2	702.838	702.838	387.296	387.296
Letras financeiras do Tesouro	1	311.663	311.663	98.108	98.108
Debêntures	2	7.744	7.744	-	-
		1.457.918	1.457.918	657.848	657.848
Instrumentos financeiros derivativos	3	702.734	702.734	1.219.176	1.219.176
Indenizações a receber – Geração	3	691.460	691.460	816.202	816.202
		1.394.194	1.394.194	2.035.378	2.035.378
		7.434.284	7.434.284	7.059.487	7.059.487
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e debêntures		(4.959.066)	(4.959.066)	(6.029.460)	(6.029.460)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		(56.892)	(56.892)	(87.015)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(123.843)	(123.843)	(121.961)	(121.961)
Concessões a pagar		(27.291)	(27.291)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores		(503.110)	(503.110)	(383.786)	(383.786)
Arrendamentos		(62.367)	(62.367)	(45.450)	(45.450)
		(5.732.569)	(5.732.569)	(6.694.485)	(6.694.485)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	3	(90.526)	(90.526)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(672.416)	(672.416)	(636.292)	(636.292)
		(6.495.511)	(6.495.511)	(7.336.907)	(7.336.907)

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações ver nota explicativa nº 12.1.

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 137,73% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,62%, CDI + 3,48% a 6,89%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$672.416 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento, pelo FIP Melbourne, dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais informações na nota explicativa nº 14.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	100.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	36.124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	672.416

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção PUT-SAAG, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a ser julgada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

Em 7 de fevereiro de 2023, foi divulgada a sentença do procedimento arbitral, condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos. A Companhia, em conjunto com os seus assessores legais, está avaliando as medidas cabíveis.

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Tender Offer – 2021

Em 2021, a Companhia iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Companhia, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$500 milhões. No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774.409.

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Companhia contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 03 de agosto de 2021. O resultado com a liquidação da NDF foi de R\$23.700, com entrada líquida de caixa de R\$23.699.

Tender Offer – 2022

Em 28 dezembro de 2022, foi iniciada a segunda etapa de oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Companhia (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$250 milhões. No âmbito da implementação, em 29 de agosto de 2022, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$250 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o montante de R\$225.516, com entrada líquida de caixa no montante de R\$191.689.

A Companhia contratou, em 29 de agosto de 2022, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$280 milhões, travando o dólar em R\$5,2040. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 16 de dezembro de 2022. A liquidação da operação foi positiva em R\$32.014, com entrada líquida de caixa no montante de R\$32.012.

Em 2022 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado negativo de R\$94.580 e saída de caixa nesse mesmo valor (positivo de R\$399.979 em 2021, com entrada líquida de caixa de R\$339.829).

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado em 2022	Ganho/(Perda) realizado em 2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	184.548	1.018.638
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(53.613)	155.569
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	3 de agosto de 2021 16 de dezembro de 2022	Balcão	2021: US\$600.000 2022: US\$280.000	32.016	23.700
					162.951	1.197.907

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$437.887 (ajuste negativo de R\$537.976 em 31 de dezembro de 2021), registrado no resultado financeiro.

A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Valor conforme contrato em 31/12/2022	Valor justo em 31/12/2022	Valor conforme contrato em 31/12/2021	Valor justo em 31/12/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	428.134	272.846	873.095	706.401
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	568.487	339.362	577.565	506.645
					996.621	612.208	1.450.660	1.213.046
Ativo não circulante						702.734		1.219.176
Passivo circulante						(90.526)		(6.130)

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$612.208 (R\$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2022. Porém, os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$996.621 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2023, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$54.480. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$666.688, sendo um valor positivo de R\$745.307 referente à opção (*call spread*) e negativo de R\$78.619 referente ao *swap*.

A Companhia, a partir do cenário base observado em 31 de dezembro de 2022, mensurou os efeitos em seu resultado para os cenários provável e adverso, nos quais as projeções de taxas de juros e dólar americano são elevadas, simulando um estresse econômico.

Os resultados estão demonstrados a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base em 31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023 Selic 12,75% Dólar 5,10	Cenário adverso 31/12/2023 Selic 15,75% Dólar 6,02
Swap ponta ativa	2.864.516	2.793.496	2.789.523
Swap ponta passiva	(2.975.800)	(2.872.115)	(2.896.739)
Opção/Call Spread	723.492	745.307	854.532
Instrumento derivativo de hedge	612.208	666.688	747.316

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	2022		2021	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 20)	(761.824)	(3.974.971)	(1.007.557)	(5.622.673)
Passivo líquido exposto		(3.974.971)		(5.622.673)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2023, será uma desvalorização de 2,26% para o dólar (R\$5,10) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	2022	2023	
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 5,10	Cenário Adverso Dólar 6,00
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos (nota 20)	(3.974.971)	(3.885.304)	(4.570.946)
Passivo líquido exposto	(3.974.971)	(3.885.304)	(4.570.946)
Efeito líquido da variação cambial		89.667	(595.975)

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	287.207	117.154	190.733	82.292
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 7)	1.357.464	1.137.899	791.344	745.258
Indenizações a receber – Geração (nota 12.1) - CDI/Selic	691.460	816.202	691.460	816.202
Fundos vinculados – CDI	14.488	17.063	6.405	5.843
	2.350.619	2.088.318	1.679.942	1.649.595
Passivos				
Empréstimos e debêntures - CDI (nota 20)	(703.185)	-	(703.185)	-
	(703.185)	-	(703.185)	-
Ativo líquido exposto	1.647.434	2.088.318	976.757	1.649.595

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2023, a taxa Selic será de 12,50%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	2022	2023	
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 12,50%	Cenário Adverso SELIC 9,75%
Ativos			
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	287.207	323.108	315.210
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.357.464	1.527.147	1.489.817
Indenizações a receber – Geração (nota 12.1)	691.460	777.893	758.877
Fundos vinculados	14.488	16.299	15.901
	2.350.619	2.644.447	2.579.805
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (nota 20)	(703.185)	(791.083)	(771.746)
	(703.185)	(791.083)	(771.746)
Ativo líquido exposto	1.647.434	1.853.364	1.808.059
Efeito líquido da variação das taxas de juros		205.930	160.625

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2022, sendo parte de seus empréstimos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	2.950.415	2.792.201	-	-
Passivos				
Empréstimos e debêntures - IPCA (nota 20)	(302.216)	(428.367)	(302.216)	(428.367)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(56.892)	(87.015)	(56.892)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(123.843)	(121.961)	(123.843)	(121.961)
	(482.951)	(637.343)	(482.951)	(637.343)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.467.464	2.154.858	(482.951)	(637.343)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2023, a taxa IPCA será de 5,30%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas em um cenário adverso.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	2022	2023	
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,30%	Cenário Adverso IPCA 3,21%
Ativos			
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	2.950.415	3.106.787	3.045.123
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (nota 20)	(302.216)	(318.233)	(311.917)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(56.892)	(59.907)	(58.718)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(123.843)	(130.407)	(127.818)
	(482.951)	(508.547)	(498.453)
Ativo líquido exposto	2.467.464	2.598.240	2.546.670
Efeito líquido da variação da inflação		130.776	79.206

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas*						
Empréstimos e debêntures	-	-	562.255	5.674.745	-	6.237.000
Concessões a pagar	353	699	2.999	13.242	17.472	34.765
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.319	6.712	30.814	21.135	-	61.980
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.467	2.960	13.648	79.560	93.203	190.838
	5.139	10.371	609.716	5.788.682	110.675	6.524.583
Pré-fixadas						
Fornecedores	501.380	1.730	-	-	-	503.110
	506.519	12.101	609.716	5.788.682	110.675	7.027.693

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas*						
Empréstimos e debêntures	-	-	562.255	5.674.745	-	6.237.000
Concessões a pagar	353	699	2.999	13.242	17.472	34.765
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.319	6.712	30.814	21.135	-	61.980
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.467	2.960	13.648	79.560	93.203	190.838
	5.139	10.371	609.716	5.788.682	110.675	6.524.583
Pré-fixadas						
Fornecedores	448.229	392	-	-	-	448.621
	453.368	10.763	609.716	5.788.682	110.675	6.973.204

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$30.414 (28.002 em 2021).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida Ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumento derivativo de hedge. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida.

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos e debêntures (nota 20)	4.959.066	6.029.460
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(292.980)	(123.071)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(1.357.464)	(1.137.899)
(-) Instrumento derivativo de hedge (nota 29)	(612.208)	(1.213.046)
Dívida líquida	2.696.414	3.555.444
Lajida ajustado	2.734.805	2.002.098
Dívida líquida / Lajida ajustado	0,99	1,78

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Total do passivo	11.096.184	11.595.320	10.644.364	11.147.824
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(292.980)	(123.071)	(194.482)	(86.064)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(1.352.359)	(943.789)	(788.368)	(618.130)
Passivo líquido	9.450.845	10.528.460	9.661.514	10.443.630
Total do patrimônio líquido	8.892.810	7.755.454	8.892.810	7.755.454
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,06	1,36	1,09	1,35

Prática contábil

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Instrumentos financeiros derivativos – A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

Instrumentos financeiros (opções de venda) – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) são mensuradas considerando a atualização do valor da obrigação pelo IPCA acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

30. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresentava valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação, de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do CPC 31/IFRS 5 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 5 de maio de 2022, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$60.000, com direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

31. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	27/05/2022 a 27/05/2023	US\$1.500	
	Responsabilidade Civil	27/05/2022 a 27/05/2023	US\$4.000	US\$58
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2022 a 02/11/2024	R\$21.119	R\$35
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2023 a 08/01/2024	R\$238.814	R\$51
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2022 a 30/09/2023	R\$47.662	R\$44
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2022 a 07/12/2023	R\$927.549	R\$1.554

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil.

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$279.005.

A Companhia, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos mencionados.

32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Compra de Energia	2.625.243	1.052.947	103.856	98.808	119.796	532.809	4.533.459

Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nºs 17 e 29.

33. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras de 2022 ou de exercícios anteriores.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação das subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A.

Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.

Alienação de participação societária - MESA

Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação para Furnas Centrais Elétricas S.A da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A., pelo valor de R\$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se compromete a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenados de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023 foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48.185, com previsão de realização do leilão em 10 de agosto de 2023.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW)	Garantia física (MWm)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,28		
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,32		
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Desta forma, foram alcançados os requisitos para classificação dos ativos como “mantidos para venda”. Assim, em março de 2023, tendo em vista a apuração de perda na venda dos ativos, os valores foram transferidos para o passivo circulante, pelo valor justo, deduzidas as despesas com a venda, resultando no ajuste consolidado de R\$75.793 (passivo no montante de R\$94.490 para a Cemig GT e ativo no montante de R\$18.697 para a controlada Horizontes).

Declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP

Em 22 de março de 2023, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de JCP relativos ao exercício social de 2023 no montante de R\$163.256 a serem pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024. Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Marney Tadeu Antunes
Diretoria sem denominação

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-1SP/242451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com



essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 16 e 35 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e na investida Norte Energia S.A., que envolvem a investida e seus executivos e outros acionistas dessa investida. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota explicativa 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração para a escolha das premissas atuariais que são utilizadas, principalmente: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliamos o desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários;- Avaliamos o escopo, a independência, a competência, as qualificações profissionais, as experiências e a objetividade do atuário externo contratado, para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde;- Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação

<p>material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>com dados obtidos de fontes externas.</p> <p>- Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.</p> <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	---

Reconhecimento e divulgações de provisões para ações judiciais e administrativas	
<p>Veja as nota explicativa 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas figuram como réus em ações judiciais e administrativas de natureza cível, fiscal, trabalhista, ambientais e regulatória, cujo reconhecimento e mensuração requer o exercício de julgamento da Companhia e de suas controladas.</p> <p>Uma provisão para essas ações é registrada quando é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e que o montante possa ser estimado com confiabilidade. A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações. A Companhia divulga os passivos contingentes cuja probabilidade de saída de recursos da entidade é possível.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas ao valor e à avaliação da classificação da probabilidade de perda que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos e/ou</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>- Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.</p> <p>- Obtivemos confirmação direta com os advogados internos e externos, a fim de obter a avaliação dos mesmos sobre os riscos de perdas e os montantes relacionados às causas em que a Companhia figura como ré. Comparamos as informações constantes das confirmações recebidas com os registros contábeis.</p> <p>- Com o auxílio de nossos especialistas legais, avaliamos os critérios da Companhia para suportar os prognósticos e os montantes associados à certos processos relevantes, selecionados com base em amostragem.</p> <p>- Avaliamos a precisão das contingências fiscais registradas pela Companhia, bem como,</p>

<p>divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>comparamos, com base em amostragem, a jurisprudência existente sobre os temas em questão.</p> <p>- Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.</p> <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor e as divulgações da provisão para ações judiciais, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	--

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de março de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório



da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECERES E DECLARAÇÕES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2022 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24-03-2023. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2022, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 25-03-2023, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2023.”

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti – Conselheira

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

Luísa Cardoso Barreto – Conselheira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que, em 22.03.2023, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2022 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finança e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Thadeu Carneiro da Silva – Diretor da Cemig Geração e Transmissão

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

Henrique Motta Pinto – Diretor de Regulação e Jurídica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que, em 22.03.2023, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2022 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finança e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Thadeu Carneiro da Silva – Diretor da Cemig Geração e Transmissão

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

Henrique Motta Pinto – Diretor de Regulação e Jurídica

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA –24 DE MARÇO DE 2023

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.- Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2022

No ano de 2022, o Comitê reuniu-se em 35 (trinta e cinco) ocasiões e mais 6 (seis) vezes no início do primeiro trimestre de 2023, além de 13 (treze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2022 e 1 (uma) em 2023. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2022 e 2 (duas) no início do primeiro semestre de 2023. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 18 (dezoito) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna - AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2022.

Belo Horizonte, 24 de março de 2023.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI – Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e ao artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2023, a proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2023. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor da retenção de lucros do exercício de 2022 no montante de R\$1.049.262.

Investimentos planejados para 2023	R\$
Sistema elétrico de geração	818.273
Sistema elétrico de transmissão	233.064
Aportes em controladas e coligadas	56.012
Infraestrutura e outros	59.710
	1.167.060